

# Municípios



A Revista da Associação Paulista de Municípios

DE SÃO PAULO

ANO XI

NÚMERO 104

NOVEMBRO 2024



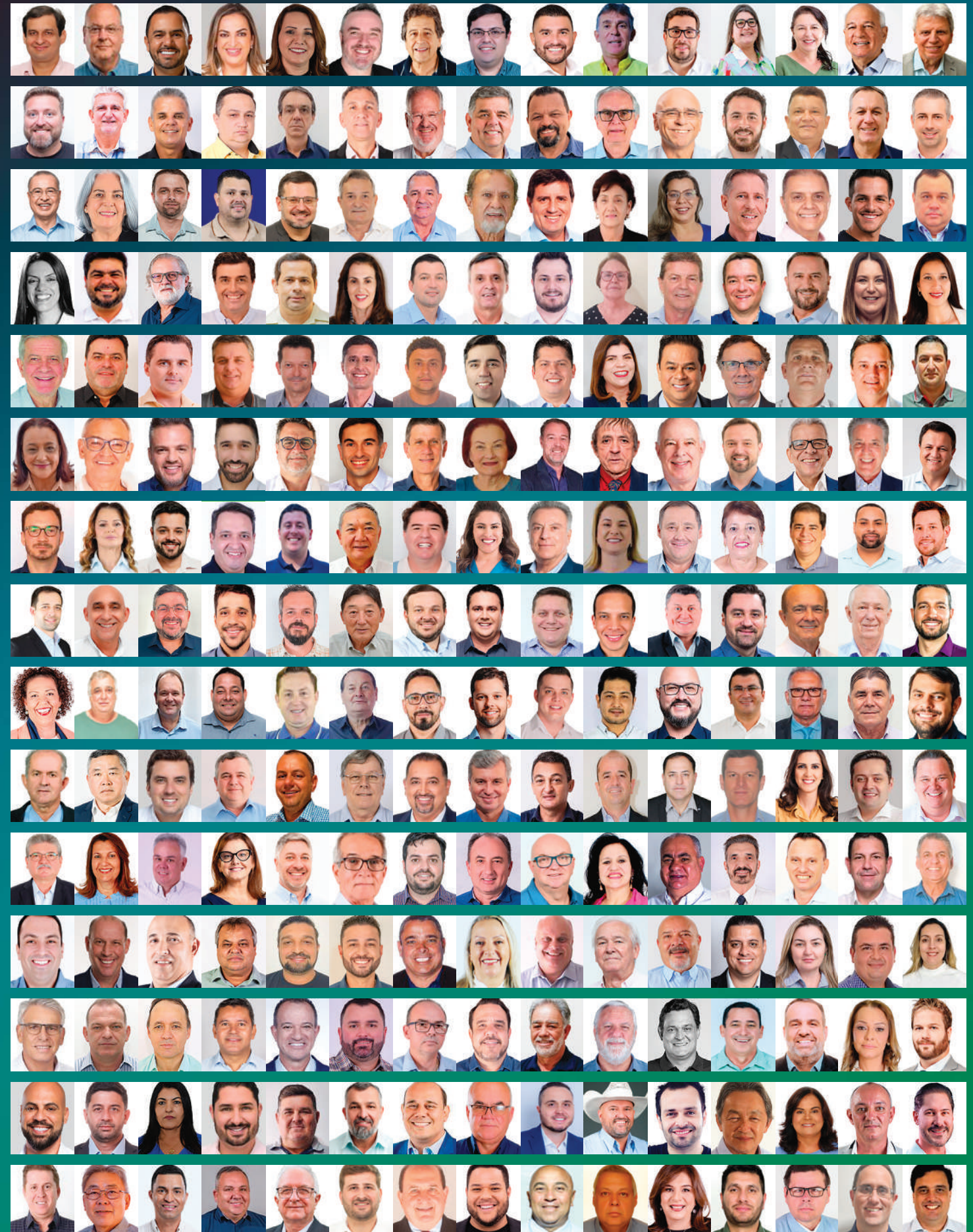
1º ENCONTRO MUNICIPALISTA DE  
**PREFEITOS E PREFEITAS ELEITOS**  
NO ESTADO DE SÃO PAULO



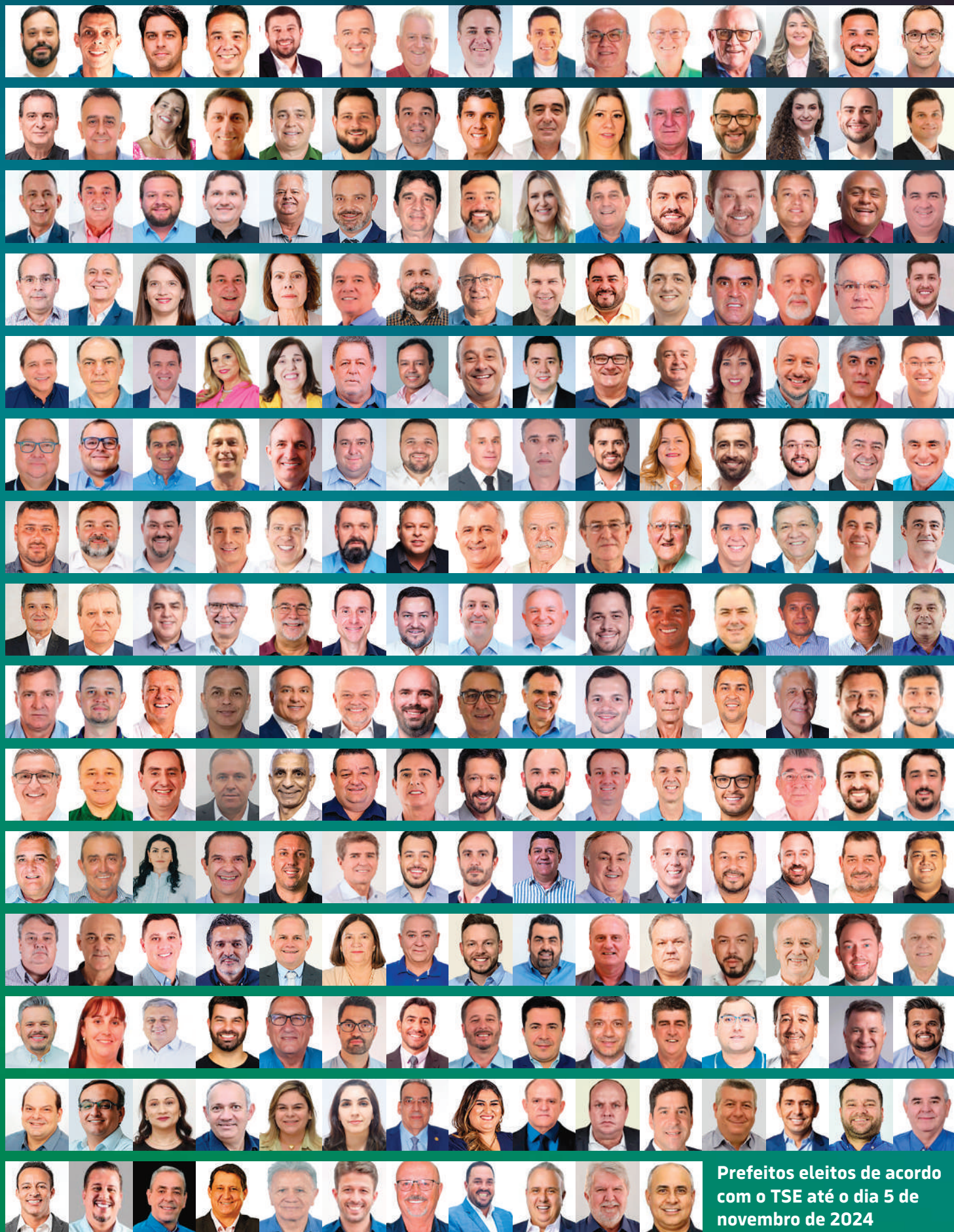


**PARABÉNS**

**ÀS PREFEITAS E PREFEITOS  
ELEITOS EM 6 DE OUTUBRO**







Prefeitos eleitos de acordo com o TSE até o dia 5 de novembro de 2024

# MUITO OBRIGADO AOS NOSSOS PATROCINADORES

REALIZAÇÃO



CORREALIZAÇÃO



APOIO



PATROCINADOR MASTER



COTA PRATA



COTA BRONZE



GOVERNO-DIGITAL



CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA 1º REGIÃO



COTA JADE



1º ENCONTRO MUNICIPALISTA DE  
PREFEITOS E  
PREFEITAS  
ELEITOS  
NO ESTADO DE  
SÃO PAULO





**8 a 11** Mais de 200 prefeitos eleitos participam de encontro histórico da APM em Campinas



**16-17** Mulheres tem programação especial e painel de Destaque



**30 a 37** Cidade em Destaque: Campinas

- 8-11** ..... Mais de 200 prefeitos eleitos participam de encontro histórico da APM em Campinas
- 12-13** ..... O principal cargo do país é o dos cidadãos
- 14-15** ..... Palestras reforçam a importância dos tribunais de contas
- 16-17** ..... Mulheres tem programação especial e painel de Destaque
- 18** ..... Padilha
- 22,23,24** ..... Clima extremo pressiona municípios e expõe desafios de adaptação e financiamento
- 26-27** ..... 73% dos prefeitos paulistas candidatos à reeleição garantem novo mandato em 2024
- 28-29** ..... CNM, Comsefaz e FNP firmam acordo para garantir autonomia de estados e municípios na gestão do IBS
- 30-37** ..... Cidade em Destaque: Campinas
- 40,41,42** ..... O Núcleo de Tecnologias Avançadas para o Bem-Estar e Saúde aplicados às Ciências da Vida do IPT e sua contribuição para os municípios
- 46,47,48** ..... Cartão Benefício e Crédito Consignado: Transformando a Gestão Municipal
- 54-55** ..... As prefeituras e a fiscalização do terceiro setor
- 56-57** ..... A criação da taxa do lixo: um impasse para os Prefeitos
- 58-59** ..... Eficiência, eficácia e efetividade na gestão pública
- 62 a 65** ..... Mulheres em Destaque
- 66** ..... Dona Dalva



A Revista Municípios de São Paulo é uma publicação bimestral da Associação Paulista de Municípios- APM

**PRESIDENTE**

Marcelo Barbieri

**CONSELHO EDITORIAL**

Marcelo Barbieri

Carlos Cruz

Aquevirque Antônio Nholla

**TEXTOS, EDIÇÃO E**

**JORNALISTA RESPONSÁVEL :**

Maria Isabel Pereira

**FOTOGRAFIA**

Roberto Goes, Celso de Menezes

e Allan Nóbrega

**EDIÇÃO DE ARTE**

**DIAGRAMAÇÃO:**

Antônio Pereira da Silva (Tota)

**PUBLICIDADE**

Anuncie na revista Municípios de São Paulo e fale diretamente com os 645 municípios paulistas.

**FALE CONOSCO**

Tel: 11 2165 9999

[apaulista@apaulista.org.br](mailto:apaulista@apaulista.org.br)

**NOVEMBRO DE 2024**

A Revista Municípios de São Paulo não se responsabiliza por ideias e conceitos emitidos em artigos ou matérias assinadas, que expressam apenas o pensamento dos autores, não representando, necessariamente a opinião da direção da revista. - A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios.

# União Municipalista

**F**eito o encontro 18 e 19 de novembro em Campinas, pudemos conviver durante dois dias com intensas discussões de assuntos de interesse de todos os municípios de São Paulo. Agora a hora de preparar aqueles que irão tomar posse dia 1º de janeiro para que possam assumir seus mandatos com consciência das urgências e da importância dos 100 primeiros dias de mandato.

A APM cumpriu seu papel de alertar sobre diversas pautas de grande interesse para os novos gestores, especialmente a reforma tributária, a PEC 66 que tramita nesse momento na Câmara Federal, que trata de precatórios e assuntos de interesse municipais, a securização, ou seja, a venda da dívida ativa, o processo de atuação junto aos tribunais de contas da União e do Estado de São Paulo, o relacionamento com o Ministério Público e o relacionamento com o Tribunal de Justiça, bem como a relação também com o Supremo Tribunal Federal, já que o ministro André Mendonça fez uma conferência destacando a importância das gestões municipais para melhorar a condição de serviço público necessária hoje no Brasil. Os números por ele apresentados são muito sérios no sentido de obrigar a que os novos gestores tenham

a consciência de poder ajudar melhor a que as comunidades se sintam mais fortalecidas com os serviços públicos.

É nesse sentido que a diretoria da Associação Paulista dos Municípios faz um chamamento à união de todas as correntes representativas do municipalismo. De forma especial, a união com a UVESP - União dos vereadores do Estado de São Paulo, através do seu presidente Sebastião Misiara e da sua presidente executiva, Silvia Melo, fortaleceu muito esse evento em Campinas. A presença também da Ampesp - Associação dos Municípios de Pequeno Porte do Estado de São Paulo, da Aprecesp - Associação das Prefeituras de Estâncias Turísticas do Estado de São Paulo, da Amitesp, da Associação dos Municípios de Interesse Turístico e ainda dos consórcios de todas as regiões do Estado, vem fortalecer a união municipalista. Espero que vocês possam aproveitar desta revista, em que se traz todos os assuntos lá tratados, com os diversos palestrantes e expositores que levaram suas propostas, seus projetos para melhorar a qualidade de gestão.

Esperamos estar juntos em 2025 e nos próximos quatro anos, para juntos podermos garantir mais conquistas, maior eficiência e qualidade na prestação dos serviços públicos municipais. A todos a nossa gratidão, especialmente ao prefeito Dário Saad de Campinas e toda a sua equipe, pela maneira como nos recebeu, a direção do Instituto Agrônomo de Campinas, o apoio de todos que palestraram, entre eles destacamos também o Presidente Michel Temer e a presença de um grande número de dirigentes municipais, vice-prefeitos e prefeitas, vereadoras, vereadores e secretários dos municípios.

Vamos seguir em frente, procurando melhorar cada vez mais e fortalecer o municipalismo. Apoiando as novas prefeitas e novos prefeitos. Muito obrigado.



**Marcelo Barbieri**

Presidente da Associação Paulista de Municípios





# Mais de 200 prefeitos eleitos participam de encontro histórico da APM em Campinas

*Evento pioneiro reúne lideranças e oferece painéis técnicos para futuras gestões municipais*

**E**m um marco para o municipalismo paulista, a Associação Paulista de Municípios (APM) realizou, nos dias 18 e 19 de novembro, o 1º Encontro Municipalista de Prefeitos e Prefeitas Eleitos no Estado de São Paulo. O evento, sediado no emblemático Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), reuniu mais de 1.400 participantes, incluindo

202 prefeitos eleitos de todas as regiões do estado.

"O sucesso deste encontro superou todas as nossas expectativas", celebrou Marcelo Barbieri, presidente da APM. "Assumimos o desafio de promover um espaço essencial para discutir temas relevantes às futuras administrações, reunindo lideranças nacio-

nais e oferecendo painéis técnicos de alta qualidade."

## Lideranças Nacionais Presentes

A cerimônia de abertura contou com a presença de diversas autoridades, com destaque para o ex-presidente da República Michel Temer; o ministro do Supremo



Tribunal Federal André Mendonça; o conselheiro do Tribunal de Contas Dimas Ramalho; o prefeito de Campinas Dário Saadi; e o deputado federal Luiz Carlos Motta, entre outros. O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, enviou uma mensagem em ví-

deo, reafirmando o compromisso do Governo Federal em colaborar com as novas gestões municipais. Dimas Ramalho destacou que o Tribunal de Contas está de portas abertas a todos os Prefeitos eleitos e reeleitos, mas também mantém as portas abertas para

quem terminam o mandato, e recorrem ao órgão no julgamento de processos de contas após encerrar sua gestão.

"Tenho duas palavras a dizer. A primeira, e isso é importante saber, é que somos pessoas humanas e os cargos que ocupamos são transitórios. É preciso agir com humildade, ter respeito a quem perdeu, olhar para frente e não perseguir as pessoas", aconselhou Dimas Ramalho. "Segundo, deixo uma sugestão: não faça nada de maneira urgente. Analise antes e tome a decisão correta.

Quem foi eleito tem uma grande missão pela frente: fazer o melhor. A vida se resume aos pequenos feitos. Façamos o melhor quando for possível", finalizou o Conselheiro ao desejar sucesso na gestão aos novos administradores.







O ministro do Supremo Tribunal Federal André Mendonça destacou a importância das boas práticas na gestão pública e alertou os futuros prefeitos sobre a necessidade de combater o desperdício de recursos.

O ex-presidente Michel Temer lembrou aos presentes sobre a verdadeira autoridade: o povo.

"Eu fui presidente da República, mas era uma autoridade secundária, assim como os senhores. A única autoridade constituída no país chama-se povo. Esta é a única autoridade que existe. Ela é prefacial, triangular", disse.

Ele, que é doutor em Direito Cons-

titucional, também destacou que isso está no preâmbulo da Constituição Nacional. "Em 1988, quando se quis reconstituir o Estado Brasileiro, saindo de um estado totalitário para um democrático, está lá: 'Nós, representantes do povo brasileiro', quer dizer, vocês falarão em meu nome...", completou.

O ex-presidente ainda deu um recado aos eleitos: "Não fiquem orgulhosos demais com a eleição. Não achem que são autoridades que chegaram lá por uma centelha divina; chegaram lá por vontade do povo, que é a única autoridade existente."

Ele continuou conclamando pela paz. "Preguem a paz, não porque

queiram, mas porque o povo, ao reconstituir o Estado Brasileiro, assim determinou. Unam-se todos; isso não quer dizer que não devemos ter debate de ideias, que é fundamental na democracia, assim como a oposição, que é essencial porque contradiz, critica, observa. Não vale a pena para o país a radicalização entre pessoas e não de ideias", completou, lembrando do parlamento britânico e de seu gabinete das sombras (shadow cabinet), no qual a oposição forma um gabinete alternativo ao governo, cujos membros são a "sombra" dos ministros, com a função de criticar o governo atual e sua respectiva legislação, bem como propor políticas alternativas.

### Pacto Federativo

Temer afirmou que a nossa Federação é "capenga", incompleta. "Não é como nos EUA, onde as localidades têm mais autonomia. Quando se fala que tudo acontece nos municípios, é real. Quando o município é forte, o Estado é forte e a União é forte. Na Constituição não existe a criação da figura da União; ela surge como consequência da união dos estados, do Distrito Federal e dos municípios."

Michel Temer ainda sublinhou o protagonismo das cidades na organização do país e defendeu uma Reforma Tributária que favoreça os municípios, conclamando a todos a lutarem para que haja

justiça e os municípios não sejam prejudicados.

### Encerramento com Compromisso Estadual

O encerramento do encontro contou com a presença do vice-governador Felício Ramuth e do ministro do Tribunal de Contas da União, Augusto Nardes, dentre outras autoridades. Ramuth parabenizou a APM pela iniciativa e colocou o Governo do Estado à disposição dos gestores. "A partir de janeiro, vocês estarão à frente de suas cidades com toda a competência e nosso apoio. Estamos prontos para atendê-los e fazer o país avançar", declarou.

### Agradecimentos e Perspectivas Futuras

O prefeito de Campinas, Dário Sadi, agradeceu à APM pela escolha da cidade para sediar o evento e destacou a produtividade dos dias de encontro. "Os municípios precisam se fortalecer, e é com iniciativas como essa que vamos fazer o país avançar", afirmou. Marcelo Barbieri encerrou o evento agradecendo a todos os envolvidos, especialmente à Prefeitura de Campinas e ao IAC pela cessão do espaço. "Oferecemos conteúdo de qualidade, pensando no que os prefeitos precisarão fazer em seus mandatos, trazendo soluções para atender aos 645 municípios do nosso estado", concluiu.







# “O principal cargo do país é o dos cidadãos”

A frase do ministro do STF, André Mendonça, conclamou os eleitos a adotarem uma nova mentalidade: a de servidores dos cidadãos.

A declaração do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), ocorreu na abertura do 1º Encontro Municipalista de Prefeitos e Prefeitas Eleitos do Estado de São Paulo, no dia 18 de novembro, em Campinas. O ministro proferiu uma palestra na qual lembrou que todos os cargos são transitórios e fez um apelo para que os eleitos jamais se esqueçam de que o principal cargo no país pertence aos cidadãos, à sociedade.

## Governança como Pilar

Especialista em governança, tema que estuda há 12 anos, André Men-

donça possui doutorado pela Universidade de Salamanca, na Espanha, onde atua como professor de Mestrado e Doutorado do Curso de Estado de Direito e Governança. No evento, ele apresentou dados do Banco Mundial referentes a 2022, que avaliam índices de governança de cerca de 200 países, contextualizando a posição do Brasil no cenário global.

O ministro enfatizou os seis princípios fundamentais da governança, comparando os indicadores brasileiros com os de outros países. “Os países nórdicos, como a Dinamarca, têm os melhores indicadores. Os EUA vêm na sequência e são um exemplo de país continental que o nosso pode seguir. O Chile, que ao lado do Uruguai tem os maiores indicadores da América

Latina, também é uma referência. Já o Paraguai é, dentre os países da América Latina, o que tem os piores indicadores, ao lado da Venezuela e Haiti”, explicou.

Para ele, ao analisarmos os índices brasileiros, veremos que a governança é um desafio para todos, mas sobretudo para os prefeitos, que estão na linha de frente da execução das políticas públicas.

Ele explicou que, ao correlacionar os indicadores de governança a outros como o PISA e o IDH, percebe-se que os municípios com bons indicadores de governança também são os mais bem avaliados.

“A questão não é o que vem primeiro, mas a correlação de bons indicadores de governança com desenvolvimento humano, riqueza e

educação. Se os prefeitos trabalham esses aspectos, sua gestão em termos de efetividade e segurança jurídica será melhor”, destacou.

## Os Indicadores

O ministro passou então a destacar os seis indicadores de governança:

### 1. Cumprimento de Leis, Contratos e Determinações Judiciais

A nota da Dinamarca é 9, enquanto a do Brasil se assemelha à do Paraguai.

“Para melhorar esse indicador, precisamos de boas portarias e regulamentos, e esquecer a urgência. Quem estabelece a urgência são os prefeitos e deve ser sempre em função do interesse público. Não são os vereadores ou assessores. Há impactos em cada decisão. Conversem e pensem”, aconselhou.

### 2. Efetividade

“Na Dinamarca, de cada 100 reais investidos, desperdiçam-se 2. No Brasil, de cada 100, desperdiçamos 70”, exemplificou. Ele explicou que a efetividade está implícita nas ações cotidianas das cidades: “Isso inclui servidores que não produzem, remédios comprados de forma errada, merenda que estraga. Você, que está iniciando a gestão, veja onde há desperdício. Neste item, estamos regredindo. Nosso índice em 2022 é menor do que era em 1996”, pontuou.

### 3. Qualidade da Regulação

O ministro explicou que, neste item, o Paraguai superou o Brasil em 2022.

“Para dar segurança jurídica, precisamos legislar bem, executar bem e julgar bem. Quem ganha ou perde não somos nós; quem tem que ganhar é o cidadão. Este é o

modelo mental. O que deve causar indignação é o não atendimento ao cidadão”, ressaltou.

### 4. Segurança Pública e Violência

Embora a segurança pública não seja uma atribuição direta das prefeituras, seus impactos recaem sobre os prefeitos. Mendonça lembrou que, quando foi Advogado-Geral da União e ministro da Justiça e Segurança Pública em 2020, durante o governo Jair Bolsonaro, constatou que os estados conseguiram executar menos de 10% dos recursos enviados pelo ex-presidente Michel Temer para a área de segurança.

“Isso se dá por falta de projetos. O problema mais sério é ter bons projetos, saber preparar. Muito dinheiro deixa de ser aplicado porque não há projeto”, alertou.

Ele enfatizou isso com um recado aos eleitos: “Vocês têm quatro anos para serem bons prefeitos. No primeiro ano, suas licitações têm que estar preparadas para executar no segundo e no terceiro ano. Invistam em bons engenheiros, em um bom quadro jurídico”, aconselhou.

### 5. Controle da Corrupção

O país tem enfrentado quedas acentuadas neste indicador, que reflete a má-fé na administração pública.

“Aqui, temos também que fazer uma autocrítica. Nós, que exercemos órgãos de controle: a não observância da discricionariedade do gestor. Nosso controle é de legalidade. Nós, dos órgãos jurídicos, queremos administrar sem sê-lo”, concluiu.

### 6. Participação Social e Transparência

Este é o único indicador em que o

país pontua acima de 5, ligado à liberdade de expressão, de imprensa e à participação da sociedade na tomada de decisões.

“Dentro de uma boa governança, os órgãos de controle devem atuar tão somente quando um interesse ilegítimo de um terceiro rompe a confiança”, observou.

Um Chamado à Responsabilidade O ministro encerrou dizendo que, para ele, o principal papel dos eleitos é não deixar que o vínculo de confiança entre aqueles que os elegeram se rompa.

“Preservem a confiança que os cidadãos depositaram em vocês. Sejam os melhores prefeitos dos seus municípios, com espírito de servidor. É um sacerdócio. Tenho certeza de que ninguém é presidente da República para ficar rico, ninguém é ministro para ficar rico, ninguém é prefeito para ficar rico”, afirmou.

Ele também lembrou da necessidade de fazer boas equipes, para ter bons projetos e nas qualidades das equipes jurídicas. “Existem dois tipos de advogado que vocês devem evitar: o que diz não a tudo e o que diz sim a tudo. O primeiro inviabiliza sua gestão; o outro faz com que você se case, pela vida toda, com os órgãos de controle. O bom advogado é o que busca caminhos. Atentem para isso. É preciso, às vezes, passar uma lei na Câmara, mudar a modelagem, fazer uma conversa prévia com o Ministério Público. Dialogar.”

Por fim, ele conclamou os eleitos a levar “prosperidade para o seu povo”. “Sejam agentes de prosperidade, de bem-estar, de boa governança e mudem a realidade das pessoas das suas cidades”, finalizou o ministro André Mendonça.





# Palestras reforçam a importância dos Tribunais de Contas

*Tribunais ressaltam a relevância das boas práticas na gestão pública, o que acaba por resultar na aprovação das contas*

O painel realizado antes do encerramento do evento reuniu o presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), Renato Martins Costa e o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Augusto Nardes.

Renato Martins Costa fez uma exposição com enfoque essencialmente prático, destacando o que, aos olhos do TCE-SP, representam boas iniciativas no início de mandato. Aos prefeitos eleitos, recomen-

dou analisar a situação das contas municipais — o TCE-SP, há 34 anos, emite pareceres pela aprovação ou desaprovação dessas contas.

**“A primeira coisa é buscar esses pareceres, que estão disponíveis na internet, e examinar essas decisões e votos para ver quais são os pontos positivos”, recomendou. “Quais são os pontos negativos? O que levou o meu município a não ter sua conta aprovada ou o que de bom foi destacado na decisão do Tribunal de Contas? Planejar é**

**o principal vetor do sucesso inicial de uma administração.”**

Na sequência, Renato Martins Costa falou sobre o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) — indicador concebido pela corte em 2015, que mede aspectos da administração e avalia as políticas públicas em sete setores: Saúde, Planejamento, Educação, Gestão Fiscal, Proteção aos Cidadãos (Defesa Civil), Meio Ambiente e Tecnologia da Informação.

O presidente do TCE-SP também dedicou parte de sua exposição para abordar a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal nº 14.133), em vigor desde o início do ano. Ele lembrou a todos que é fundamental estudar e implementar as novas regras previstas para as contratações públicas. Nesse sentido, o TCE-SP tem promovido diversos cursos de capacitação e treinamento de pessoal — tanto para servidores públicos quanto para os gestores que administram os setores de compras públicas e editais.

Renato Martins Costa ainda abordou aspectos importantes como a transferência e aplicação obrigatória de recursos nas áreas da Saúde e Educação; ajustes feitos com entidades do Terceiro Setor; gastos com pessoal; previdência; e outros pontos que impactam a responsabilidade fiscal dos gestores.

**“O equilíbrio fiscal é outro ponto fundamental para a administração. É preciso que não haja déficit expressivo na execução orçamentária, nem superávit exagerado. O governo não é feito para ser superavitário; o governo é feito para não ser deficitário”, afirmou. “Deixar um monte de dinheiro em caixa não indica que você fez uma**

**gestão adequada”, destacou o conselheiro-presidente.**

## Augusto Nardes destaca a importância da governança

**“Em qualquer setor, inclusive nas áreas ambiental e climática, sem a definição de indicadores, metas, diretrizes e mecanismos de controle para o gerenciamento de riscos, a administração não terá informações suficientes para tomar as melhores decisões e avaliar os resultados entregues à sociedade”, afirmou Augusto Nardes.**

Para o ministro do TCU, a liderança é o ator principal na governança. Definida como um conjunto de regras e boas práticas de gestão, a governança precisa avançar no setor público para garantir eficiência e transparência na administração, coibir irregularidades e mitigar falhas que possam comprometer o atendimento às necessidades da população.

**“O tribunal se manifesta em forma de acórdãos, mas percebi a necessidade de ter uma interlocução com prefeitos, governadores e o governo federal. Com a governança, o gestor público consegue entender os processos e organizar a máquina. O prefeito que não a implanta fica refém da falta de or-**

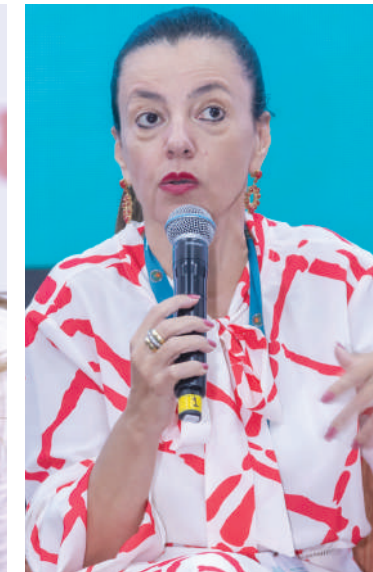
**ganização. Ele é o líder maior, mas se não monta essa infraestrutura, fica preso a questões menores, sem definir estratégias e sem se preparar para prever os riscos”, explicou o ministro.**

Augusto Nardes mencionou sua participação no movimento Recupera Rio Grande, estabelecido após as enchentes que assolaram o estado do Rio Grande do Sul. Ele expressou o desejo de trazer o mesmo projeto para São Paulo, onde vem realizando tratativas com o prefeito Ricardo Nunes e com o governador Tarcísio de Freitas.

**“A base é a governança, para passar confiança, avaliar riscos e promover inovação e desenvolvimento, devolvendo a esperança. Trabalho há mais de 10 anos para implantar a governança no país. São Paulo, nosso estado líder, onde já temos cerca de 50 prefeituras que adotaram o projeto, precisa avançar mais”, concluiu.**

Para o Presidente da APM Marcelo Barbieri, o painel reforçou a necessidade de aprimorar a gestão pública por meio da governança e do cumprimento das normas legais, destacando o papel fundamental dos Tribunais de Contas na orientação e fiscalização das administrações municipais.





# Mulheres tem programação especial e painel de destaque

*Inclusão e igualdade foi um dos destaques do evento dedicado aos prefeitos eleitos*

**A** inclusão e a igualdade de gênero ganharam destaque no 1º Encontro Municipalista de Prefeitos e Prefeitas Eleitos no Estado de São Paulo, realizado nos dias 18 e 19 de novembro. No segundo dia do evento, o painel "Mulheres Municipa- listas" reuniu lideranças femininas para discutir desafios e estratégias na promoção de políticas públicas voltadas às mulheres.

Participaram do encontro a Dra. Vanessa Therezinha Souza Almeida, procuradora de Justiça do Estado de São Paulo e coordenadora do Núcleo de Gênero do Ministério Público; Silvia Melo, presidente executiva da União dos Vereadores do Estado de São Paulo (UVESP); Valéria Bolsonaro, secretária de Políticas para Mulheres do Estado de São Paulo; Dalva Christofolletti, da APM e Ana Karin, da APM Mulher. O painel foi dirigido pela Presidente Executiva da UVESP, Silvia Mello

## União para combater a violência contra as mulheres

Durante o painel, as autoridades enfatizaram a necessidade de colaboração entre prefeitos e prefeitas para implementar ações efetivas em prol das mulheres. A procuradora Vanessa Therezinha Souza Almeida ressaltou a importância de os gestores adotarem uma perspectiva de gênero ao planejar políticas públicas, considerando como elas impactam as mulheres de forma específica.

"Precisamos discutir políticas públicas levando em conta como elas afetam a vida das mulheres de maneira diferenciada. É essencial pensar em ações direcionadas especificamente para elas", afirmou.

Ela destacou que locais com maior representatividade feminina tendem a avançar rumo à equidade e justiça social, mas alertou que

não se pode esperar passivamente por esse cenário ideal.

"É necessário estabelecer essa condição agora, transformar todos em aliados e criar incentivos. Um exemplo é o Pacto Ninguém se Cala, ao qual a UVESP e a APM aderiram. O pacto visa mobilizar ações para capacitação e para dar um basta na violência. Este é apenas um exemplo de política pública; há muitos outros", destacou.

A procuradora mencionou ainda a legislação estadual que oferece auxílio para mulheres e crianças vítimas de violência, incluindo o pagamento de aluguel.

"Se o município não prevê o pagamento de aluguel nesses casos, é injusto deixar as mulheres desprotegidas quando já existe essa possibilidade legal", lembrou.

Ela enfatizou a importância de in-

tegrar ferramentas de segurança pública disponíveis— como guardas municipais, Polícia Militar, agentes de saúde e ONGs — para garantir a proteção das mulheres. Destacou a necessidade de um trabalho conjunto e coordenado para enfrentar a violência de gênero de maneira eficaz.

"O recado que gostaria de deixar é sobre a importância da parceria com o governo do estado, com as ONGs e também entre os municípios para criar, por exemplo, casas-abrigo. Nada se faz sozinho. Quando houver prioridade, boa-fé, compromisso com a justiça social, equidade, respeito e dignidade, podem procurar o Ministério Público. Seremos parceiros no enfrentamento e na construção de políticas conjuntas", concluiu.

## Políticas estaduais em foco

A deputada estadual e secretária de Estado de Políticas para a Mulher de São Paulo, Valéria Bolsonaro, reforçou o compromisso de sua pasta com as gestões municipais. Ela destacou a importância de tra-

balhar em conjunto com os administradores locais para implementar políticas públicas que atendam às necessidades das mulheres.

"Não existe disputa entre prefeitos e prefeitas. Precisamos de parceria para avançar nas ações voltadas à segurança da mulher", afirmou.

## Programação exclusiva para lideranças femininas

O encontro contou com uma programação especial dedicada a primeiras-damas, prefeitas, vice-prefeitas, funcionárias municipais e mulheres que atuam na política e no setor social. A agenda foi organizada pela APM Mulheres em parceria com a Associação das Primeiras-Damas do Estado de São Paulo (APDESP) e a Associação das Prefeitas e Vice-Prefeitas do Estado de São Paulo (APVPESP).

A coordenadora da programação, Dalva Christofolletti, explicou que os temas foram cuidadosamente selecionados para valorizar e ofere-

cer conteúdo relevante às novas primeiras-damas em seus municípios.

"A programação foi uma oportunidade única de capacitação, troca de experiências e fortalecimento de redes de apoio, essenciais para enfrentar os desafios da gestão pública. Pensamos com muito carinho nesta agenda, para que as mulheres se sintam acolhidas e saibam que podem contar conosco, na APM, em todos os momentos", afirmou.

A ex-prefeita de Cruzeiro e diretora da APM, Ana Karin, acredita que o evento representou um passo significativo para fortalecer a presença e a liderança feminina no cenário político e social dos municípios paulistas.

"O encontro valoriza o papel transformador da mulher, não apenas como gestora, mas como agente de mudança em suas comunidades, promovendo políticas inclusivas e sustentáveis. Ao unir essas lideranças femininas, reforçamos a importância da solidariedade e da cooperação na construção de um futuro mais justo e igualitário para todos", destacou.





## Alexandre Padilha destaca parceria do Governo Federal com municípios durante Encontro de Prefeitos Eleitos

*Ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais encerra primeiro dia do evento e reforça apoio aos novos gestores municipais*

O ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (SRI), Alexandre Padilha, encerrou o primeiro dia de painéis do 1º Encontro Municipalista de Prefeitos e Prefeitas Eleitos no Estado de São Paulo, na tarde desta segunda-feira (18/11).

Padilha participou do painel “Governo Federal e Municípios: Parceria que fortalece o Brasil”, precedido por Fábio Manzini Camargo, diretor do Escritório Regional de Representação em São Paulo da SRI, e Celso Fabrício Souza, da Diretoria de Transferências e Parcerias do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Os especialistas apresentaram dados e ferramentas para que os gestores possam monitorar as transferências federais de recursos aos municípios, aprimorando a gestão financeira local.

### União entre esferas de governo

O presidente da Associação Paulista de Municípios (APM), Marcelo Barbieri, agradeceu a parceria com o Governo Federal para a realização do evento inédito, que contou com a participação de mais de 140 prefeitos de todo o estado. “A decisão que tomamos ao resolver fazer esse encontro foi trazer todas as esferas de governo. O municipalismo não tem partido; o gestor representa a cidade com espírito republicano. Temos que nos unir em defesa dos interesses da população”, afirmou Barbieri.

### Apoio aos novos gestores municipais

Alexandre Padilha elogiou a APM pela iniciativa e parabenizou os prefeitos presentes pela eleição. “Este é um evento histórico, assim como o

prévio que o sedia. Nesse momento de transição, os prefeitos reeleitos estão repensando suas equipes, mas os prefeitos eleitos pela primeira vez precisam de todo o apoio. Por isso, essa iniciativa é muito importante. É o momento em que os gestores mais precisam de acesso à informação, o que terão ao longo desses dois dias”, destacou o ministro.

### Evento nacional para integração em fevereiro

O ministro anunciou que o Governo Federal realizará, em fevereiro, um grande evento para receber os novos gestores municipais, colocando a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República à disposição dos prefeitos. “A parceria com os municípios é o que faz com que os projetos aconteçam de fato, independentemente do partido. É isso que muda a vida do povo e torna os sonhos realidade”, afirmou Padilha.

Ele ainda destacou o compromisso com os prefeitos “A integração entre o Governo Federal e os municípios é fundamental para promover políticas públicas eficazes. Estamos comprometidos em oferecer todo o suporte necessário aos prefeitos eleitos”, concluiu o ministro.



## Lançado o novo ambiente de acesso a bases CPF e CNPJ da Receita Federal

Dezenas de milhares de usuários do setor público de todo o país já podem deixar de usar a “tela preta” para acessar as bases CPF e CNPJ da Receita Federal. Foi lançado hoje, 4, o novo ambiente desenvolvido pelo Serpro, que traz uma interface web totalmente integrada ao navegador. Trata-se da substituição do produto “Acesso a bases CPF e CNPJ e sistemas externos via HOD” pelo “Portal de Cadastros RFB – Cooperação Institucional (PCAD)”. O PCAD vai utilizar novas tecnologias com interface amigável e intuitiva, além de, no futuro, trazer outros recursos.

Essa ação faz parte do processo de modernização da solução de acesso aos dados cadastrais promovida pela empresa pública para a Receita Federal do Brasil (RFB). Viste a

landing page do PCAD para saber como substituir seu atual acesso ou realizar a contratação se você ainda não é cliente.

“As solicitações de inclusão de novos usuários já estão sendo direcionadas para o PCAD, que permite as mesmas consultas a dados das bases da RFB, como o Cadastro de Pessoa Física (CPF) e o Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ) e, ao longo do tempo, receberá novas bases, como CNO, CAEPF, e Simples Nacional”, informa o gestor de produtos para o PCAD no Serpro, Fábio de Salles. O gestor destaca que não há data para encerramento do ambiente HOD e que nenhum usuário ficará sem serviço.

### Paradigma

“O novo sistema significa uma mu-

dança de paradigma para a Receita Federal e trará, principalmente para os usuários finais, melhorias significativas na usabilidade e rotina do dia-a-dia de trabalho”, explica Rafael Neves Carvalho, coordenador-geral de Cadastros e Benefícios Fiscais-Substituto (Cocad). O coordenador ainda ressalta que o direcionamento dos acessos de uma solução para outra seguirá tranquilamente e da melhor forma possível.

Para garantir a segurança das operações, a forma de autenticação ao novo sistema será por meio de certificado digital de pessoa física (e-CPF). O processo de direcionamento dos acessos de uma solução para outra será conduzido pela RFB e pelo Serpro, respeitando o tempo necessário de cada órgão ou entidade conveniada.







# Clima extremo pressiona municípios e expõe desafios de adaptação e financiamento

*Refugiados do clima já somam 220 milhões de pessoas em todo o mundo. Desafios dos prefeitos é proteger as suas populações e adaptar as cidades a estes eventos*

**N**os últimos dez anos, a crise climática global causou o deslocamento interno de aproximadamente 220 milhões de pessoas, segundo um relatório da Agência das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), lançado durante a COP29 em Baku, Azerbaijão. Os números refletem o impacto crescente de eventos climáticos extremos sobre a população, forçando comunidades a abandonar suas residências para sobreviver a enchentes, secas e outros desastres ambientais.

No Brasil, essa realidade tem sido sentida de forma particularmente aguda. Dados do Ministério do Desenvolvimento Regional apontam que as inundações e tempestades aumentaram em frequência e intensidade, afetando regiões metropolitanas e comunidades de diversos estados, inclusive São Paulo. O estado, embora seja um dos mais desenvolvidos economicamente, não está imune aos efeitos severos da mudança climática, que atingem cidades e municípios de tamanhos variados.

Em 2023, chuvas intensas provo-

caram graves enchentes no Vale do Ribeira e em regiões litorâneas de São Paulo. Municípios como São Sebastião e Ubatuba sofreram com deslizamentos e quedas de barreiras, forçando a evacuação de centenas de famílias e afetando setores inteiros da economia local, especialmente o turismo e o comércio. O impacto desses eventos vai além da infraestrutura e envolve perdas financeiras, redução da arrecadação e, sobretudo, um grande desafio na prestação de assistência humanitária.

## **Desafios e Perspectivas para os Municípios Paulistas**

Os prefeitos dos municípios paulistas enfrentam um duplo desafio: proteger suas populações dos eventos climáticos extremos, enquanto buscam adaptar as cidades a uma nova realidade ambiental. Essa tarefa inclui investimento em infraestrutura resistente, requalificação urbana e implementação de políticas preventivas, como o monitoramento constante das áreas de risco e a criação de protocolos emergenciais para desastres.

Além disso, um dos aspectos mais críticos destacados pela Acnur é a "injustiça climática": a maior parte das pessoas afetadas por eventos climáticos extremos pertence a grupos socialmente vulneráveis, que contribuem muito pouco para a emissão de gases de efeito estufa. Em São Paulo, cidades com baixa arrecadação e dependência de recursos estaduais enfrentam ainda mais dificuldades para lidar com o impacto econômico de tais eventos. Regiões periféricas e áreas de ocupação irregular são particularmente vulneráveis, pela falta de infraestrutura adequada e pela concentração populacional em áreas de risco.

Estudo feito pela Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo, para o Plano Estadual de Adaptação à Resiliência Climática, que está em fase de consulta pública, a maior concentração de pobreza está no eixo sudeste (22,4%), no entorno metropolitano oriental (22%) e sudoeste (20,7%), e a extrema pobreza, no sudoeste (3,2%), sudeste (3,1%) e São Paulo Capital (2,9%). Desagregando esses dados é possível perceber que do to-



tal, o maior número de habitantes em situação de pobreza (53,7%) e extrema pobreza (57,5%) são mulheres, enquanto a população de pretos e pardos é a maioria entre pobres (52,4%) e extrema pobreza (51%). Quando recortamos os dados para a categoria "sexo e raça/cor" são as mulheres negras a maioria entre os pobres (27,8%) e entre a extrema pobreza (28,5%). Como veremos adiante, ter esses dados segregados é fundamental para identificar os grupos e territórios mais impactados, e propor soluções a partir destes contextos. O relatório da ONU também destaca a importância de um novo modelo de financiamento climático, essencial para apoiar nações e comunidades em vulnerabilidade climática. No contexto dos municípios paulistas, isso significa que as administrações locais precisam articular políticas de financiamento que garantam recursos para enfrentar e mitigar os efeitos do clima. É crucial que as prefeituras trabalhem em conjunto com o governo estadual e federal para a obtenção de fundos climáticos e para a execução de políticas de sustentabilidade.

## Investimentos e Adaptação: Caminhos Possíveis

Diante da situação, algumas estratégias têm sido recomendadas por especialistas e podem ser aplicadas em nível municipal:

- 1. Implantar Parques Lineares:** A implantação de parques ao longo de rios atua na prevenção de inundações nas cidades.
- 2. Revisão dos Planos Diretores:** Priorizar o zoneamento de áreas seguras para habitação e construir infraestruturas que resistam a desastres naturais.



**A crise climática não é uma ameaça distante, mas uma realidade com impactos diretos na vida dos paulistas."**

**3. Educação e Conscientização Ambiental:** Promover programas de conscientização nas comunidades, com campanhas de prevenção de desastres e de cuidados com o meio ambiente, incluindo a importância de evitar queimadas.

**4. Criação de Parcerias para Financiamento Climático:** Buscar parcerias com empresas e organizações internacionais para captação de fundos e desenvolvimento de projetos de resiliência climática.

**5. Monitoramento e Tecnologia:** Adotar tecnologias de monitoramento e alerta precoce de desastres, o que pode reduzir significativamente os danos e salvar vidas.

**6. Desenvolver redes de segurança:** Tornar a cidade apta a resistir, absorver, acomodar, adaptar-se, transformar-se e recuperar-se de eventos climáticos.

**7. Criar brigadas de incêndio florestais que atue em conjunto com o Corpo de Bombeiros:** Incêndios florestais figuram entre as mais sérias ameaças à biodiversidade. O fogo também agrava a poluição do ar e afeta a saúde da população. Em São Paulo, 379 municípios são signatários do programa "São Paulo sem Fogo", da Secretaria Estadual de Meio Ambiente. A adesão prevê a manutenção de uma brigada, devidamente treinada, de combate ao fogo entre outras ações de prevenção.

## A Caminho de 2040: Perspectivas e Projeções

A projeção para 2040 é de um aumento na exposição de populações a perigos climáticos em todo o mundo, incluindo o Brasil. De acordo com a ONU, esse cenário exige que políticas públicas sejam revisadas e adaptadas constantemente, integrando cada vez mais soluções de adaptação climática e resiliência, como é o caso de iniciativas em alguns municípios paulistas, que já começam a investir em redes de esgoto pluvial para escoamento de águas de enchente e na construção de "piscinões" para contenção de chuvas.

Em São Paulo, desde 2009, com a Lei N° 13.798, foi instituída a Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC), regulamentada pelo Decreto n° 68.308, de 16/01/20243. A partir desta iniciativa, de vanguarda entre os entes federativos, uma série de planos, programas, projetos e resoluções foram desenvolvidos. De acordo com o relatório PEMC 10 anos, publicado em 2022, o foco principal da legislação paulista foi, até então, a meta global de mitigação de emissões de redução de 20% de dióxido de carbono (CO2) até o ano de 2020 sobre o ano base de 2005 em todos os setores da economia paulista.

"A crise climática não é uma ameaça distante, mas uma realidade com impactos diretos na vida dos paulistas. Nesse cenário, prefeitos e gestores municipais têm um papel fundamental ao estabelecer medidas de mitigação e prevenção, colaborando com o esforço global para reduzir os impactos das mudanças climáticas", reforça o presidente da APM, Marcelo Barbieri.

# GOVERNO DIGITAL

CONTROLE - ECONOMIA - EFICIÊNCIA

## Saúde Inteligente

Sistema digital integrado de gestão da saúde: agendamento digital, confirmação e pesquisa de satisfação; Telemedicina; Prontuário Eletrônico; Mapa da Saúde do município.

## ULTRAMAP

Suas obras na palma da mão, com abertura de câmeras ao vivo.

## CONTROLLER

Seu governo na palma da mão - visão 360° da gestão!

## ROBOTRACKING

Automação das campanhas institucionais por chamadas de voz.

## Monitoramento de Redes Sociais

Monitora e dá alertas diários com a opinião pública sobre as ações do Prefeito e do governo.



## Christiane Liberatori

CEO - Governo Digital

Economista pela PUC-SP, possui 25 anos de atuação no setor público e 17 na área de tecnologia da informação e comunicação digital. É Sócia-Fundadora da empresa com 15 anos no mercado.

## SISTEMA RAR

Recuperação imediata de recursos da dívida ativa. Comece seu governo com dinheiro em caixa!

## OUVIDORIA e ZELADORIA INTELIGENTES

Controle georreferenciado de demandas cotidianas e check-ins de execução dos serviços urbanos.

## INTERATUR

Amplie as visitas, consumo e arrecadação do seu município com o Turismo.

## COMPLIANCE

Organização dos bancos de dados, Segurança da Informação e adequação à LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados.

## VITRINE do GOVERNO

Publicidade interativa e divulgação das entregas da gestão.



(11) 2372-9892

98475-4790

96998-6625

contato@governodigital.net.br

governodigital.net.br

@governo.digital





# 73% dos prefeitos paulistas candidatos à reeleição garantem novo mandato em 2024

*Pesquisas acertaram ao apontar tendência de que prefeitos bem avaliados seriam reeleitos*

No Estado de São Paulo, 73% dos prefeitos que buscaram a reeleição em 2024 conseguiram se manter no cargo. Isso significa que, dos 365 prefeitos paulistas candidatos à reeleição, 259 obtiveram sucesso. Até hoje, São Paulo só havia ultrapassado a marca dos 70% de reeleição duas vezes: em 2008, com 71%, e

agora, seguindo uma tendência nacional.

Apesar desse recorde, São Paulo foi o estado com a menor taxa de reeleição do país, já que a média nacional chegou a 82%. Em outras palavras, a cada dez prefeitos candidatos à reeleição, oito foram reconduzidos ao cargo em âmbito nacional.

## Desafios da Gestão 2021-2024 e o "Tsunami e Reeleições"

A gestão dos atuais prefeitos, que se iniciou em 2021, foi marcada por desafios intensos: o enfrentamento da pandemia da Covid-19 e uma crise financeira que impactou os municípios entre o final de 2022 e

2023. No entanto, o período também trouxe novidades significativas, como as emendas parlamentares que, pela primeira vez, foram disponibilizadas em larga escala. Ao longo dos últimos quatro anos, mais de R\$ 80 bilhões foram distribuídos aos 5.569 municípios brasileiros por meio dessas emendas.

O Ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, considera que o volume de emendas é uma das causas do que ele chama de "tsunami de reeleições". Padilha destaca que, além das emendas, houve repasses de R\$ 67 bilhões para os Fundos de Participação dos Municípios e uma compensação de cerca de R\$ 15 bilhões em ICMS, o que fortaleceu as gestões municipais.

De acordo com um levantamento da Folha de S.Paulo, entre os 116 prefeitos mais beneficiados por emendas ao longo do mandato, quase todos foram reeleitos no

primeiro turno, resultando em uma taxa de reeleição de 98% para esse grupo. Apenas dois desses prefeitos não obtiveram sucesso nas urnas.

## Disparidade de Gênero nas Reeleições

Os dados também mostram que os homens tiveram uma taxa de reeleição superior à das mulheres. Em 2024, os prefeitos homens garantiram 81% das prefeituras em disputa de reeleição, mantendo-se em 2.231 municípios. Já as prefeitas obtiveram um recorde de 76% de reeleição, com 340 mulheres reconduzidas ao cargo.

## Configuração Partidária nas Prefeituras

Entre os partidos, o PSD conquistou o maior número de prefeituras do país e teve a maior taxa de sucesso nas eleições (51%), ou seja, a cada duas candidaturas do partido, uma foi vitoriosa. Outros partidos que se destacaram foram o PP (50%), União Brasil (46%) e MDB (45%). Os 5.471 candidatos eleitos até o momento pertencem a 24 partidos diferentes, com 65% das prefeituras concentradas em cinco legendas: PSD, MDB, PP, União Brasil e PL.

Em contraste, partidos de centro-esquerda, como o PDT (com 25% de sucesso em 604 candidaturas) e o PT (com 18% em 1.352 candi-

daturas), apresentaram baixa taxa de vitórias. O PSOL, por sua vez, não conquistou nenhuma prefeitura, apesar de sua representação no Congresso Nacional.

No Estado de São Paulo, o PSD também foi o que conquistou mais prefeituras: 208. Na sequência ficou o PL com 105; depois o Republicanos com 87 e o MDB com 69. No Estado, o PP tem 49 Prefeituras, seguido pelo União Brasil com 36; Podemos com 32; PSDB com 22; PSB com 11; Cidadania com 5; PDT, PT, Solidariedade e Novo com 4 cada um; Avante e PRD contam com 2 prefeituras e o Mobiliza com 1. Pc do B, PV e Psol, não elegeram nenhum prefeito.

## Precisão das Pesquisas e Movimentações Eleitorais

Outro destaque das eleições de 2024 foi a precisão dos institutos de pesquisa, que, mesmo diante de um recorde de eleitores indecisos e crescente abstenção, conseguiram prever com exatidão as principais tendências. Três movimentos se confirmaram nas urnas: a alta taxa de reeleição de prefeitos bem avaliados, o fortalecimento de candidatos de direita, impulsionados pelo discurso antipetista e defesa de valores tradicionais, e a dificuldade de candidatos com posições mais radicais, tanto de direita quanto de esquerda, superarem adversários moderados no segundo turno.







# CNM, Comsefaz e FNP firmam acordo para garantir autonomia de estados e municípios na gestão do IBS

*Assinatura do acordo dá início à formação do Pré-Comitê Gestor do IBS, defendendo a autonomia local e a eficiência na administração tributária*

Em reunião realizada no dia 6 de novembro, em Brasília a Confederação Nacional de Municípios (CNM) se uniu ao Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) e à Frente Nacional de Prefeitos (FNP) para assinar um Acordo de Cooperação Técnica que

busca fortalecer a participação dos Estados e Municípios na gestão do novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). A medida visa articular uma governança entre estados, Distrito Federal e municípios para a regulamentação da Reforma Tributária, especialmente para a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), estabelecido

do pela Emenda Constitucional nº 132/2023.

## Entenda o IBS e sua importância para Estados e Municípios

O IBS é uma proposta central da Reforma Tributária que busca simplificar o sistema fiscal bra-

sileiro, unificando tributos sobre consumo. Diferente dos impostos atuais que incidem em diferentes etapas da cadeia produtiva, o IBS seria cobrado de forma unificada e coordenada, com a receita sendo distribuída entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

O diferencial do IBS proposto é que ele visa um sistema de cobrança e distribuição de receitas mais ágil e transparente, mas essa implementação exige uma estrutura de governança robusta para atender à diversidade das regiões brasileiras. É aí que entra a criação do

Pré-Comitê Gestor, uma iniciativa focada em antecipar a governança desse imposto em uma fase pré-operacional, com representantes dos Estados e Municípios atuando de forma colaborativa.

## Acordo e a Defesa da Autonomia Federativa

O Pré-Comitê Gestor do IBS atuará como uma estrutura inicial de governança e definição de diretrizes. Essa colaboração possibilitará maior transparência e participação nos processos que definirão o funcionamento do novo tributo.

O acordo reflete a preocupação com a autonomia dos entes subnacionais, defendendo o direito de Estados e Municípios editarem as regulamentações locais do IBS, um ponto sensível na atual Reforma Tributária.

## Posicionamento Contrário ao Regulamento Único

Recentemente, CNM, Comsefaz e FNP divulgaram uma nota conjunta manifestando seu posicionamento contrário à proposta de um regulamento único de impostos, defendida por alguns representantes da União. Segundo as entidades, a implementação de uma única regulamentação para o IBS poderia ameaçar o pacto federativo, reduzindo a capacidade de Estados e Municípios de gerirem suas receitas de forma independente e adequada a suas realidades locais.

## O Próximo Passo: Transparência e Colaboração na Gestão Tributária

O acordo assinado entre as entidades reforça o compromisso de conduzir o processo de implementação do IBS com total transparência e compartilhamento de decisões. Na prática, isso significa que a criação dos sistemas de TI e a administração da gestão tributária terão a participação ativa dos entes federativos, assegurando que a administração do imposto seja eficiente e represente os interesses regionais.





## Espaços do Amanhã: Campinas preparada para o futuro

*Construção de 16 supercreches zera a fila do ensino infantil para crianças de 0 a 3 anos e demonstra compromisso da cidade com a educação*

A demanda por vagas no ensino infantil público é um problema conhecido na maioria das cidades brasileiras. Em Campinas, não é diferente. O déficit de vagas é um problema histórico e crônico – ou, pelo menos, era.

Em 2022, a atual gestão iniciou uma revolução nessa área, com o Projeto Espaço do Amanhã. O programa consiste na construção de 16 “supercreches” – todas já concluídas – com 320 vagas cada uma, para crianças de 0 a 5 anos.

No total, 5 mil vagas estão sendo geradas, o que vai acabar com a demanda reprimida na faixa etária dos 0 a 3 anos, justamente a com o maior gargalo na cidade. “O nome ‘Espaço do Amanhã não é por acaso. Sabemos da importância da educação, desde cedo, e estamos

preparando a cidade para o futuro. Além disso, queremos dar mais qualidade de vida para as famílias que atualmente não têm com quem deixar suas crianças para que as mães, principalmente, possam trabalhar”, diz o prefeito Dário Saadi.

Já deu certo: pela primeira vez, a oferta de vagas na Educação Infantil municipal é maior do que a demanda em Campinas. Neste ano, a Secretaria de Educação recebeu 4.600 novos cadastros de interesse por uma vaga na Educação Infantil para 2025. Uma demanda que será suprida pelas 5 mil novas vagas do Programa Espaço do Amanhã.

### Visita da rainha

O Programa Espaço do Amanhã rompeu fronteiras e chamou a atenção da rainha Sílvia, da Suécia, que venho conhecer uma das uni-

dades em outubro. Ela, que é fundadora da ONG Childhood Brasil, veio a Campinas assinar um protocolo para a criação de um centro de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência. O evento foi realizado na creche do bairro Campo Florido II, a primeira a ser inaugurada.

### Estrutura

As áreas para a construção das creches foram escolhidas de acordo com um mapeamento da Secretaria de Educação que apontou os locais onde havia maior demanda por vagas. O investimento total nas 16 creches é de R\$ 144 milhões, viabilizados com recursos da Prefeitura Municipal de Campinas.

Os projetos arquitetônicos e executivos foram feitos por meio de uma contrapartida com a construtora MRV. A planta é moderna e criada pensando num modelo inovador de educação infantil.

Todas as creches têm cerca de 1,5 mil metros quadrados e contam com um pátio amplo fechado, por onde é possível ter acesso a todas as dependências da unidade: salas de aula, sala de professores, diretoria, copa e banheiros para funcionários e alunos, depósito de material pedagógico, cozinha e refeitório, despensa e lavanderia.

Cinco das oito salas de aula serão destinadas para atendimento em período integral. Todos os ambientes da unidade possuem acessibilidade.

O mobiliário, colorido e com tamanho adequado, é destinado especialmente para as crianças. As salas de aula contam ainda com frigobar para armazenar alimentos. Do lado de fora da creche há ainda um parque para as crianças.



## Extremos climáticos: Campinas tem lição de casa definida até 2050

*Prefeitura instituiu o PLAC (Plano Local de Ação Climática), com metas claras para aumentar a resiliência da cidade frente às mudanças climáticas*

Os impactos das mudanças climáticas para os habitantes de todo o planeta são cada vez mais visíveis e o assunto está cada vez em pauta. No Brasil, temos secas e queimadas crescendo em ritmo acelerado no inverno. E chuvas fortes e ondas de calor mais intensas a cada verão.

Uma situação que, para mudar, exige um compromisso global, mas que deve começar de algum lugar. Foi com esse espírito, e pensando na importância do local para gerar mudanças maiores, que a Prefeitura de Campinas instituiu o PLAC (Plano Local de Ação Climática), elaborado para mitigar as emissões de gases de efeito estufa e aumentar a resiliência da cidade frente aos impactos das mudanças climáticas. O PLAC elenca 20 ações e 96 subações para serem executadas no curto (2032), médio (2040) e longo prazo (2050), integrando a ação climática aos processos estratégicos de planejamento, gestão e serviços urbanos desen-

volvidos pela prefeitura. Das 96 subações, 38 (cerca de 40%) já estão em andamento, entre elas, o aumento da capacidade da Usina Verde pra tratar resíduos orgânicos; ampliação da coleta urbana mecanizada; ampliação da rede cicloviária; capacitação de líderes comunitários para enfrentamentos de extremos climáticos e aumento do número de câmeras de monitoramento em áreas de alagamento e de painéis digitais de comunicação de alerta. O prefeito Dário Saadi falou do esforço para fazer de Campinas uma cidade mais resiliente, integrada e inclusiva. “Este ano Campinas faz 250 anos e eu acho que o maior presente que a Administração pode dar para a cidade é o Plano de Ação Climática. Este é um plano que vai traçar os caminhos para preservar a cidade para as próximas décadas. É preservar os nossos recursos naturais, é reduzir a emissão de CO2, é preparar a cidade para os extremos climáticos. Obras nós estamos fazendo muitas, mas preparar a cidade para o futuro é o

melhor presente que nós podemos deixar”, disse.

O secretário municipal do Clima de Campinas, Rogério Menezes, resalta o compromisso da cidade com a agenda climática e da qualificação dos técnicos que trabalharam na confecção do plano. “O que apresentamos aqui aqui não é uma carta de intenções, é um estudo técnico com estratégias para enfrentar o desafio das mudanças climáticas. O plano começa agora e vai até 2050, com metas, objetivos e cronograma das ações a serem implementadas”, afirmou.

Campinas é a 14ª cidade brasileira, a 3ª do estado de São Paulo e a 1ª da Bacia Piracicaba-Capivari-Jundiá (PCJ) e Região Metropolitana de Campinas (RMC) a ter um plano que reconhece as tendências futuras e os riscos climáticos e estabelece uma estratégia para enfrentamento dos desafios trazidos pelas mudanças climáticas.

### Arborização

Entre as ações, também está um programa de arborização e manejo de árvores que já plantou mais de 400 mil mudas desde 2021. Além disso, as equipes para avaliação das condições de árvores foram triplicadas, para dar mais agilidade no andamento de pedidos de poda e extração por parte da população.

Um inventário das árvores nos principais parques também foi realizado, com a identificação, poda e extração de árvores doentes para reduzir riscos de queda em casos de tempestade. Uma das inovações nesse processo é o uso de um tomógrafo de árvores, em parceria com a USP (Universidade de São Paulo), que ajuda na avaliação das árvores e decisão sobre sua poda ou extração.





# Dignidade garantida com a casa própria

*Campinas cria projeto de regularização fundiária que se tornou modelo para resto do Brasil; fila da casa própria caiu 66% em nove anos*

**H**á diversos levantamentos e pesquisas realizados anualmente no Brasil – como o feito pela Febraban (Federação Nacional dos bancos) – que colocam a casa própria como o grande sonho de consumo dos brasileiros. De fato, a moradia é, acima de tudo, a garantia de dignidade para as famílias.

E a Prefeitura de Campinas sabe disso. Tanto que tem investido bastante em seu Programa de Regularização Fundiária, o Reurb, que

tem ferramentas e uma metodologia que estão sendo reconhecidas como modelo em todo o país.

Desde 2017, a Secretaria Municipal de Habitação e a Cohab de Campinas regularizaram 117 núcleos habitacionais irregulares, atingindo uma área de 4,4 milhões de metros quadrados, 19.314 lotes e beneficiando 77,2 mil pessoas. Desse total, 52 núcleos foram regularizados na atual gestão (desde 2021).

O presidente da Cohab e secretário

municipal de Habitação, Arly de Lara Romêo, diz que a regularização fundiária muda a vida das famílias beneficiadas. “Receber a matrícula do imóvel traz dignidade e inclusão social e os moradores passam a ter aquela propriedade legalmente reconhecida pelo poder público”, afirmou.

A regularização fundiária é o processo de intervenção pública para garantir a permanência de populações moradoras de áreas urbanas ocupadas ilegalmente.

Entre os benefícios atrelados estão: direito à moradia digna; garantia de infraestrutura com iluminação, água e esgoto e asfalto; concessão do CEP para recebimento de mercadorias e cartas; possibilidade de melhorias na região com as construções de centro de saúde e creche; e eliminação do risco de eventual reintegração de posse.

A matrícula, emitida pelo cartório de registro de imóveis, é o título de propriedade. Com ela, os moradores tornam-se oficialmente proprietários dos seus imóveis. Além da incontestável valorização imobiliária, os moradores podem reformar, vender ou transferir o imóvel com segurança jurídica.

## Fila da casa própria reduzida

A fila de espera por moradia em Campinas caiu 66% em nove anos.

No período, a Administração implementou uma série de ações para regularização fundiária e fez parcerias com empreendimentos para a construção de unidades populares. Em 2015, quando houve atualização cadastral anterior, a cidade tinha 42.173 famílias interessadas em moradias. O número passou para 14.266 neste ano.

Além dos 19.314 lotes regularizados, a Prefeitura de Campinas entregou mais de 4,5 mil moradias por meio de parcerias com empreendimentos do “Minha Casa, Minha Vida”, com atendimento exclusivo aos cadastrados na Cohab e isenção do ITBI (Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis).

Além disso, foram extintos 4.439 cadastros inativos. Isso ocorre quando a pessoa mudou de situação/cidade ou deixou de atualizar os dados para seguir na fila da es-

pera e, com isso, poder ser convocada pela Cohab.

“Tudo isso é um avanço histórico porque a fila de habitação em Campinas há décadas é imensa. Essa redução é histórica, fruto de investimento na regularização fundiária e na agilidade para liberar os empreendimentos de interesse social. Não estamos só dando títulos para as famílias, mas estamos dando infraestrutura e investimento público”, diz o prefeito Dário Saadi.

## Tecnologia e inovação

A plataforma digital desenvolvida para o Programa de Regularização Fundiária de Campinas, o Portal Reurb Campinas ([reurb.campinas.sp.gov.br/](http://reurb.campinas.sp.gov.br/)), é um dos pilares do processo de regularização. O recurso, desenvolvido pela Secretaria de Habitação, permite que a população, especialmente a que reside em núcleos urbanos informais, consulte, de forma rápida e intuitiva, informações sobre o mapeamento do núcleo que reside, a sua nomenclatura correta, a modalidade do seu processo de regularização fundiária, a etapa em que o processo de regularização do bairro se encontra, qual a estimativa de domicílios no local e a sua titularidade, bem como informações sobre obras de infraestrutura essenciais já existentes. Antes do desenvolvimento da plataforma digital, os cidadãos precisavam ir pessoalmente à Sehab para ter acesso às informações sobre os núcleos. Por meio da plataforma digital também é possível consultar todos os procedimentos de Regularização Fundiária Urbana (Reurb) do município, por meio das portarias e modelos de arquivos e projetos para orientação dos profissionais que atuam no ramo, universidades e demais interessados.





## Campinas: gestão hídrica de primeiro mundo

*Cidade atinge índices de países europeus em relação a perdas de água na rede e lidera ranking nacional de saneamento básico*

**N**ão foi por acaso que o Instituto Trata Brasil colocou Campinas em primeiro lugar (nas cidades com mais de 500 mil habitantes) em seu tradicional ranking anual de saneamento. A classificação leva em consideração três quesitos distintos do saneamento básico: “nível de atendimento”, “melhoria do atendimento” e “nível de eficiência”, e analisa oito indicadores, para os quais Campinas alcançou a pontuação máxima.

Os resultados atingidos são fruto de um investimento de quase R\$ 1 bilhão desde 2021 feitos pela Sanasa, empresa de economia mista responsável pelos serviços de água e esgoto na cidade.

Uma das notas 10 atribuídas a Campinas pelo Trata Brasil diz respeito ao índice de perdas de água na distribuição. Hoje, o Índice de Perdas na Distribuição (IPD) de Campinas é de 19,75% contra 37,78% da média nacional – ou seja, a cada 100 litros de água tratada, quase 38 se perdem em vazamentos.

Isso foi alcançado com a troca e modernização de 450 quilômetros de redes de água. A substituição das tubulações antigas por novas, em polietileno de alta densidade (PeAD), integra o Programa de Redução de Perdas e o Plano Campinas 2030.

“Trocar as redes antigas é importante porque, além de garantir se-

gurança hídrica com a redução de perdas, estamos demonstrando o nosso compromisso com o meio ambiente. Com essa mudança climática, é muito importante focarmos na garantia do abastecimento de Campinas”, diz o presidente da Sanasa, Manuelito Magalhães Júnior.

As novas tubulações são mais resistentes e têm durabilidade superior a 50 anos. Significa que, ao entrarem em operação, haverá redução drástica de vazamentos causados por rompimentos e, consequentemente, de interrupções no fornecimento de água para manutenções emergenciais.

Com a troca de redes antigas, Campinas atingiu, em 2023, a marca de 0,32 rompimentos por quilômetro, índice inferior ao da Bélgica (0,37, em 2020), segundo dados do Banco Mundial. Os novos 450 km de redes trocadas beneficiam cerca de 281 mil pessoas em mais de 90 bairros.

### Conforto para os moradores, agilidade para as obras

As novas redes são instaladas com a tecnologia MND (Método Não Destrutivo). No passado, para as redes serem trocadas, era necessário abrir uma vala em toda a extensão da rua, causando inúmeros transtornos para os moradores e ao trânsito.

Com o MND, bastam dois pequenos recortes no início e fim da quadra para que o equipamento (semelhante aos tatuzões que abrem túneis de metrô, mas em escala muito menor) faça a troca, diminuindo o impacto da obra. Enquanto o serviço é realizado, as casas são abastecidas por redes provisórias aéreas, que são desativadas ao término da obra.



## Em Campinas, o papel já é passado para a análise e aprovação de obras

*Sistema já é 100% digital para todos os processos da Secretaria de Urbanismo referentes a construções, ampliação, reformas e regularizações*

**É** fácil associar a imagem do serviço público a um ambiente empoeirado, cheio de prateleiras e arquivos sem fim. Bom, na Prefeitura de Campinas, isso é passado. Na análise e aprovação de obras, um dos serviços mais importantes para o desenvolvimento da cidade, os processos já são 100% digitais.

A Secretaria Municipal de Urbanismo (Semurb) de Campinas encerrou em outubro deste ano a recepção de processos físicos. Agora, penas solicitações digitais passam a ser recebidas para requerimentos/solicitações para análise de projetos de construção/obra nova, ampliação, regularização, reforma, demolição e Aprovação Responsável Imediata (ARI), com tramitação exclusivamente pela plataforma Aprova Fácil.

Isso faz com que o prazo para a aprovação de projetos seja reduzido em 15 dias ou mais – dependendo do tipo de obra ou intervenção analisada.

Com o fim de processos em papel, a Secretaria de Urbanismo consoli-

da a iniciativa dos fluxos eletrônicos on-line e com interação com os solicitantes. A finalidade é desburocratizar e dar agilidade às análises pelos técnicos, com retorno mais rápido para a população sobre a tramitação dos requerimentos.

Pela plataforma Aprova Fácil, todos os documentos são enviados digitalmente, inclusive a apresentação de plantas, assinatura de documentos e cobrança de taxas. Cada andamento pode ser acompanhado de forma em tempo real pelo interessado, seja o técnico responsável ou o proprietário.

Além da simplificação do fluxo de processos e do uso da tecnologia para substituir o papel, o processo 100% on-line evita deslocamentos até a Prefeitura. O sistema é responsivo e funciona em computadores e smartphones e a assinatura é digital. O acesso deve ser feito pelo Aprova Fácil, onde é possível fazer o credenciamento na plataforma. E os tutoriais de utilização da plataforma também estão disponíveis para todos os usuários.

### Estudo de Impacto de Vizinhança aprimorado

A Secretaria Municipal de Urbanismo de Campinas também estuda modificar pontos da legislação do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV)/ Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV). As sugestões visam ajustes que dinamizem o instrumento.

A secretária de Urbanismo, Carolina Baracat Lazinho, explica que a revisão atualiza alguns aspectos da legislação vigente, mas que a ideia é ampliar a discussão, receber as sugestões da população e realizar uma audiência pública para propor uma lei específica para o EIV, que hoje é parte da Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo (208/2018).

O EIV é um instrumento de gestão urbana estabelecido pela Lei Federal 10.257/2001, conhecida como Estatuto da Cidade. O objetivo do EIV é avaliar os empreendimentos e atividades de médio e alto impactos positivos e negativos na qualidade de vida da população residente ou usuária da vizinhança. É um processo técnico, multidisciplinar e participativo que busca identificar os impactos potenciais de projetos específicos – como a construção de novos empreendimentos comerciais, residenciais, industriais e o licenciamento de atividades – e propor medidas adequadas para minimizar ou compensar esses impactos.

O EIV deve compreender os impactos socioeconômicos, ambientais e urbanísticos de novos empreendimentos e atividades, para promover o desenvolvimento sustentável, equilibrando o crescimento urbano com a proteção do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida dos residentes.

O link de acesso é o <https://campinas.sp.gov.br/servico/acessar-aprova-facil-credenciamento->





# Campinas moderniza o SUS e avança na Saúde Digital

*Programa inclui teleconsultas, agendamento e confirmação pelo Whatsapp e uso de inteligência artificial para reduzir filas*

**C**ampinas está promovendo uma verdadeira revolução em seu sistema de saúde pública desde 2023, quando foi implantado seu sistema de Saúde Digital.

O primeiro passo foi implantar a telemedicina nos centros de saúde. A metodologia passou a ser indicada após o usuário do SUS Municipal receber uma avaliação prévia feita por um profissional de saúde na unidade básica de referência ou diante da possibilidade de oferta para usuários aguardan-

do atendimento com especialista. Caso ele aceite, há duas formas de acesso aos serviços:

**1) Teleconsulta:** o paciente pode receber um atendimento diretamente com o médico por meio da videochamada, utilizando o computador ou celular próprio, ou infraestrutura de uma unidade de saúde. Neste momento ela pode ser realizada com médicos clínicos gerais ou de especialidades credenciados ou de outras unidades que são especialistas em dermatologia, reumatologia, gastroenterologia, proctologia e neurologia.

**2) Teleinterconsulta:** quando o médico da unidade de saúde percebe a necessidade do apoio, suporte e avaliação conjunta com um outro profissional especialista, ele pode, através do uso da plataforma de telessaúde, fazer uma solicitação na especialidade. Profissionais das Policlínicas e outros parceiros do Município otimizam esta assistência quando atendem aos chamados para fazer orientações, indicações de exames e outras condutas para o médico da família do paciente. Esta oferta já está disponível para as áreas de cardiologia, cardiopediatria, endocrino-

logia, endocrinopediatria, gastroenterologia, proctologia, urologia e hematologia. Com isso, o paciente recebe dois atendimentos em única consulta. Há ainda teleinterconsultas multiprofissionais para suporte às equipes, como no caso do Centro de Referência ao Idoso.

Na prática, o usuário da rede pública, ao buscar por um centro de saúde, pode receber a oferta de uma assistência mais ampla e ágil, o que também beneficia quem realmente precisa dar continuidade no atendimento presencial.

## Acesso Fácil

Já o programa Acesso Fácil saúde campinas começou a ser desenvolvido a partir de fevereiro deste ano e agora tem quatro eixos: telemedicina, uso de Inteligência Artificial, Whatsapp nos serviços de saúde e divulgações em redes sociais.

O programa já atingiu a marca de 238,1 mil interações entre pacientes e o SUS Municipal durante atendimentos e orientações. Os dados consideram resultados das modalidades digitais aplicadas pela Pasta desde a implementação de cada uma.

“O resultado é fantástico e temos certeza de que os indicadores serão ampliados conforme a popularização dos serviços. Todos os serviços têm potencial de expansão, mas é preciso valorizar todo este trabalho inovador já realizado para otimizar a assistência em saúde diante de um momento em que ainda lidamos com demandas represadas no período mais severo da pandemia de covid-19 e enquanto enfrentamos a maior epidemia de dengue no país. A Saúde Digital é um instrumento cada vez mais importante para qualificar e ampliar o acesso ao SUS Muni-

pal”, diz o secretário de Saúde de Campinas, Lair Zambon.

## Números da Saúde Digital de Campinas

• Teleconsultas: 31.189 pacientes atendidos

• Teleinterconsultas: 16.637 atendidos em 13 especialidades e por 6 equipes multiprofissionais

• Cuidado compartilhado de 69 pacientes: CSs e Policlínicas

• Oferta de teleconsulta em especialidades via Whatsapp: 13.616

• Redução do absenteísmo na atenção primária: 288.165

• Qualificação de filas: 69.654



# GESTORES MUNICIPAIS: CONTEM COM A ARSESP PARA OS DESAFIOS DO SANEAMENTO

## Tarifas Social e Vulnerável:

a Arsesp automatizou a concessão do benefício utilizando o CadÚnico para clientes da Sabesp, garantindo justiça social aos clientes da Sabesp.

## Resíduos Sólidos:

avanço na regulação e fiscalização de Resíduos Sólidos Urbanos de municípios ou consórcios regulados pela Arsesp.

**Acompanhe as mudanças e garanta que sua gestão esteja alinhada às novas diretrizes!**

## Canal Exclusivo para Gestores Municipais:

- WhatsApp: 11 96919-4920 (Seg. a Sex. das 9h às 18h)
- E-mail: [convenios@arsesp.sp.gov.br](mailto:convenios@arsesp.sp.gov.br)
- Site: Acesse o Espaço dos Municípios no portal da Arsesp: [www.arsesp.sp.gov.br](http://www.arsesp.sp.gov.br)
- PABX: (11) 3204-2100
- Rua Cristiano Viana, 428 - CEP 05411-902 | São Paulo - SP

## Fundos Municipais de Saneamento Básico:

atualizamos os critérios e condições para o reconhecimento tarifário dos repasses aos municípios operados pela Sabesp, fortalecendo as políticas públicas de saneamento em sua cidade.



## Em 10 meses, educação de SP supera número de obras concluídas em escolas no ano passado

*Neste ano foram entregues 1.218 obras de infraestrutura na rede estadual de Educação; mais de um milhão de alunos foram beneficiados*

Balço da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) aponta que o Governo do Estado investiu R\$ 1,4 bilhão para executar 2.098 obras em escolas e creches públicas entre janeiro de 2023 e outubro de 2024. Apenas em 2024 foram entregues 1.218 revitalizações, superando em 38,4% as intervenções concluídas no ano passado.

Mais de 1 milhão de alunos de 445 cidades paulistas foram beneficiados pelas obras finalizadas na gestão, que incluem reformas completas de escolas estaduais, melhorias em quadras, cozinhas, refeitórios e salas de aula, laboratórios profissionalizantes e climatização, além da entrega de 53 creches municipais.

O Presidente da Fundação para o Desenvolvimento da Educação

(FDE), Fabricio Moura Moreira, ressalta que as intervenções são diversas: "Esse é um recorde, é um marco muito importante, porque ultrapassa o recorde de 2023, que nós atingimos 880 intervenções nas nossas escolas. É uma série de intervenções importantes para garantir boas condições de infraestrutura nas nossas escolas", afirma.

Na Educação, as obras são contratadas e executadas de duas formas: via Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE) ou realizadas por meio de acordos com prefeituras municipais.

### Programa Creche Escola

Entre as obras, estão 53 novas unidades do Programa Creche Escola. Essas creches entregues aos municípios nos primeiros 22 meses de

gestão totalizaram 6.800 vagas, um investimento de R\$ 120,9 milhões.

### Resultados

O ano de 2023 registrou o maior número de obras concluídas e investimentos na comparação com os quatro anos anteriores. Foram 880 revitalizações com aporte de R\$ 746,4 milhões. Em 2022 foram concluídas reformas em 568 unidades escolares, com custo total de R\$ 453,5 milhões. Em 2021, 355 revitalizações, com aporte de R\$ 241,4 milhões. Já no ano de 2020, as obras de 605 escolas totalizaram R\$ 252,8 milhões, enquanto no ano anterior estudantes de 280 escolas foram beneficiados com reformas no valor de R\$ 156,5 milhões. Na comparação com o ano de 2022, houve aumento de 54,9% no total de entregas e de cerca de 64,5% no aporte financeiro.





## O Núcleo de Tecnologias Avançadas para o Bem-Estar e Saúde aplicados às Ciências da Vida do IPT e sua contribuição para os municípios

**Lydia Fumiko Yamaguchi, Shoko Ota, Sandra Souza de Oliveira, Helena Corrêa de Araújo**  
 Pesquisadoras do Núcleo de Tecnologias Avançadas para o Bem-Estar e Saúde aplicados às Ciências da Vida (Nutabes)  
 Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT)

O ano de 2024 é um ano de celebrações no Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), o instituto completa 125 anos da sua fundação. Uma trajetória marcada pela excelência, desempenhando um papel essencial nos avanços científicos e tecnológicos em diferentes setores, bem como para solucionar os desafios da sociedade do estado de São Paulo e do Brasil, com impacto significativo no âmbito internacional.

O IPT é uma empresa pública vinculada ao Governo do Estado de São Paulo e a maior parte da sua receita advém de projetos e prestação de serviços para mais de 3.400 clientes com cerca de 55% de projetos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I). A

instituição é reconhecida por sua ampla infraestrutura técnica, com laboratórios equipados com tecnologia de ponta e uma equipe de pesquisadores e técnicos altamente qualificados, organizados em oito unidades de negócios. A instituição oferece a seus clientes e parceiros uma variedade de serviços, incluindo projetos de inovação, pesquisa e desenvolvimento, serviços tecnológicos, suporte metrológico, pareceres técnicos e educação em tecnologia.

Recentemente, o Instituto expandiu sua atuação com a criação de dois núcleos interdisciplinares: o Núcleo de Tecnologias Avançadas para Bem-estar e Saúde Aplicados às Ciências da Vida (NUTABES) e o Núcleo de Tecnologias de Baixo

Carbono (NUSCARBON). Esses núcleos operam de forma integrada às unidades de negócios, impulsionando o desenvolvimento de produtos inovadores, processos e soluções tecnológicas, com potencial para transferência de tecnologia por meio de licenciamento, acordos de cooperação ou outras parcerias com instituições científicas e tecnológicas (ICTs) ou empresas. O NUTABES foi criado em resposta à crescente demanda por soluções inovadoras para a saúde em um mundo em constante transformação, onde o equilíbrio e o bem-estar de todas as espécies são fundamentais para a preservação da vida no planeta. Nesse contexto, a revolução tecnológica traz novos desafios à área da saúde, como a aplicação de inteligência artificial,

telemedicina, dispositivos IoT, entre outros recursos que visam melhorar o acesso da população aos serviços de saúde, otimizando recursos e oferecendo acompanhamento mais preciso e personalizado aos pacientes. O NUTABES atua para integrar essas demandas e atender às necessidades da sociedade, promovendo o conceito de Saúde Única que abrange uma visão integral da saúde, assegurando a prevenção de doenças, o acesso a água potável, alimentação segura e sustentabilidade ambiental.

Na fronteira do conhecimento, o NUTABES e seus colaboradores da Universidade de São Paulo (USP), com o apoio do Governo do Estado de São Paulo, são pioneiros na América Latina em pesquisas sobre xenotransplantes, propondo alternativas para redução da fila de espera por transplantes no Brasil, apoiando as demandas do SUS. Embora o Brasil seja reconhecido por sua excelência na área de transplantes há uma crise de escassez de órgãos para trans-

plantes tornando-se um gargalo ao SUS, o que ocasiona o acúmulo progressivo de pacientes inscritos nas listas de espera. Muitos não sobrevivem enquanto aguardam um transplante (entre janeiro de junho de 2024 a média foi em torno de 09 falecimentos por dia<sup>1</sup>). Esse acúmulo de pacientes gera não somente sofrimento, mas elevados custos ao SUS, que financia, apenas em hemodiálise, mais de R\$ 2 bilhões de reais anualmente<sup>2</sup>. Diante disso, o xenotransplante surge como uma alternativa promissora para mitigar essa crise.

O núcleo também atua na vanguarda de questões sensíveis para sociedade com o intuito de orientar e promover discussões sobre temas em destaque no nosso cotidiano. Um exemplo é o desenvolvimento de um projeto em Cannabis Medicinal que objetiva avaliar as formulações oriundas de associações de Cannabis, qualificando-as quanto a sua composição química e orientando-as para a obtenção de produtos de qualidade superior. Essas linhas de atuação, assim

como outras iniciativas, são apoiadas por uma equipe técnica altamente qualificada na área de Química Analítica, situado no icônico prédio 48, do campus do IPT, nomeado em homenagem ao cientista japonês Tokio Morita, conhecido por sua obra "Manual de Soluções: Reagentes e Soluções". Este prédio, que celebra seus 50 anos em 2024, foi fundado pela JICA (Agên-

cia de Cooperação Internacional do Japão) como parte de um programa de cooperação técnica entre Brasil e Japão. A área de química analítica utiliza técnicas avançadas, como cromatografia gasosa e líquida, espectrometria de massas, espectroscopia FTIR e ressonância magnética nuclear (RMN), aplicadas para determinação precisa da composição química de materiais, permitindo a identificação e quantificação de componentes específicos, desenvolvendo soluções para diversas demandas do setor produtivo e acadêmico (Figuras 1 e 2).

Além disso, o núcleo está alinhado com a abordagem ESG (Environmental, Social, and Governance, ou Ambiente, Social e Governança), um conjunto de padrões e boas práticas que incentivam empresas a minimizarem impactos ambientais e promoverem um mundo mais igualitário e justo. O termo ESG foi introduzido em um relatório da ONU em 2004 e, desde então, tem se consolidado como um dos princípios norteadores das ações no mundo corporativo.

Um exemplo da nossa atuação em questões ambientais é a análise de HPAs (hidrocarbonetos poliaromáticos), uma classe de contaminantes que podem estar presentes no ar, solo, água e alimentos e que



**Figura 1.** Principais linhas de atuação da área de Química Analítica



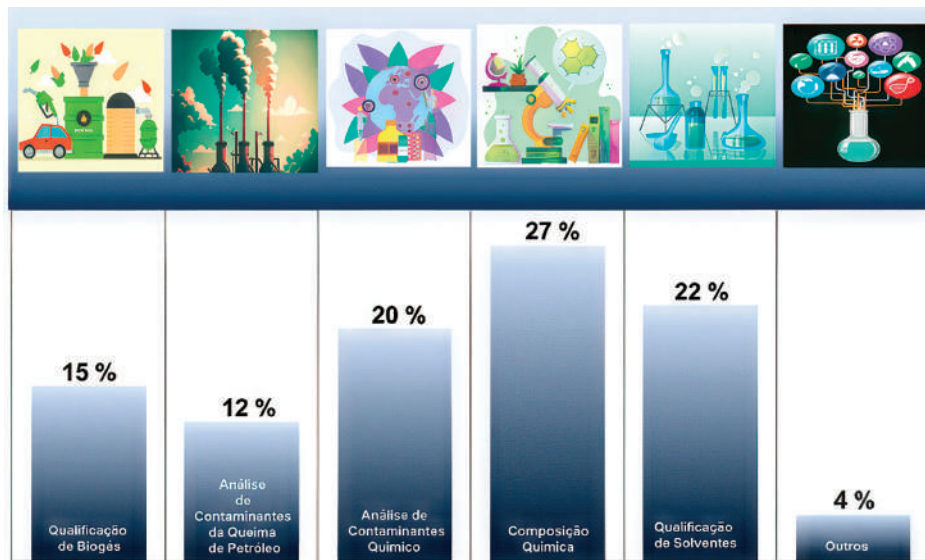


Figura 2. Serviços em destaque prestados pela área de Química Analítica

representam riscos à saúde, incluindo o potencial de causar câncer. Esses compostos se formam por meio da queima incompleta de materiais orgânicos, derivados de petróleo, incêndios florestais, entre outros processos.

Devido à preocupação com o acúmulo desses compostos, órgãos reguladores estabeleceram normas para controlar sua emissão. O INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia) publicou a portaria 544 de 2012, que regulamenta a qualidade de pneus novos para motocicletas, motonetas, ciclomotores, automóveis de passageiros e veículos comerciais. A portaria estabelece um limite de 0,35% de HPAs nos

pneus, visando minimizar a emissão desses compostos pelo atrito e desgaste. Assim, o laboratório é frequentemente requisitado por fabricantes de pneus que buscam garantir a conformidade com essa regulamentação, demonstrando sua responsabilidade ambiental e o compromisso com padrões de segurança.

A avaliação da qualidade do biogás tem sido uma demanda frequente por parte de empresas que buscam dar uma destinação sustentável aos seus resíduos. O biogás é produzido pela decomposição de matéria orgânica, como restos de alimentos, resíduos agrícolas, agroindustriais e da pecuária, por meio da ação de microrganismos.

TABELA 1

Especificações mínimas e máximas de compostos presentes no biogás


Esse processo gera um combustível sustentável que contribui para a redução da emissão de gases de efeito estufa.

O principal componente do biogás é o biometano, obtido após o seu refinamento, e o Brasil possui condições favoráveis para liderar a produção desse recurso sustentável. Por isso, muitas empresas têm interesse em produzir biometano a partir dos resíduos de suas atividades. No entanto, é necessário que o produto atenda aos padrões de qualidade estabelecidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), conforme a Resolução 886/2022. Para garantir o poder calorífico do biometano, é essencial que os teores de metano e CO<sub>2</sub> e outros componentes estejam dentro dos limites especificados (Tabela 1).

Desta forma, buscamos apoiar as empresas que procuram nossos serviços na qualificação do biogás e do biometano, com o objetivo de adequá-los à legislação vigente. Esta breve visão do NUTABES reflete apenas uma parte de sua ampla atuação, guiada pela missão de enfrentar os desafios mais urgentes da sociedade. Com foco na excelência, na inovação e na sustentabilidade, o Núcleo busca promover impactos positivos e duradouros no meio ambiente, na sociedade e na governança, contribuindo para transformar realidades e fortalecer o futuro das comunidades.

Referências

1. Ministério da Saúde, <https://www.gov.br/saude/pt-br/campanhas-da-saude/2024/doacao-de-orgaos>. Acessado em 13/11/2024.
2. Alcalde PR, Kirsztajn GM. Expenses of the Brazilian Public Healthcare System with chronic kidney disease. *Braz. J. Nephrol.* 2018;40(2):122-9.
3. ONU, <https://www.un.org/sustainable-development/>. Acessado em 13/11/2024.

# São 645 bons motivos para os empresários escolherem o estado de São Paulo para investir!

O ambiente de atração de investimentos é dinâmico e desafiador, a concorrência é global e altamente qualificada. Por isso, a parceria entre os municípios paulistas e a InvestSP é estratégica para a implementação de ações que atraíam investidores e promovam a competitividade de todas as regiões do Estado de São Paulo.

A InvestSP, agência de promoção de investimentos vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, tem experiência comprovada no suporte à concretização de investimentos no estado. Ao unir forças com os gestores municipais, consolidamos um elo poderoso capaz de abrir novos horizontes para o desenvolvimento econômico local.

Nossa parceria não apenas visa atrair investimentos, mas também fomentar a inovação, gerar empregos e fortalecer nossos municípios. Estamos comprometidos em criar um ambiente de negócios favorável, no qual as empresas e o poder público possam fazer o melhor para o desenvolvimento econômico municipal. Queremos que os investidores não tenham dúvida: **Eles acertam ao escolher um dos 645 municípios paulistas para instalar suas empresas.**



Acesse o Guia de Atração de Investimentos nos Municípios. Uma publicação pensada para os gestores municipais de SP.







SAÚDE



# Inovação e Transformação na Saúde Pública



**N**a busca de aperfeiçoamento, eficiência na gestão pública e melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários do SUS - Serviço Único de Saúde, o setor enfrenta desafios cada vez maiores em um mundo que se torna rapidamente digital.

Nesse cenário e realidade surge o GALILEU - Saúde, plataforma digital que oferece soluções inovadoras, revolucionando a maneira como paciente e profissionais interagem com o sistema de saúde, com abordagem focada em cuidados preventivos e gestão integrada, posicionando-se como parceiro do setor público, contribuindo para a sustentabilidade e eficiência do Sistema.

GALILEU se conecta com os pacientes por meio de cadastro simplificado que, imediatamente, oferece ao paciente uma avaliação de riscos à saúde, identificando as principais doenças já instaladas no paciente, em apenas cinco minutos, convidando-o a integrar uma linha de cuidado, mesmo que seja saudável e não tenha diagnóstico algum. Todos são engajados a um programa de compartilhamento de conteúdos customizados à linha do cuidado.

Além disso, a plataforma interage com o usuário, individualmente, trocando informações sobre seu estado de saúde e acompanhando sinais e sintomas referidos, capturando dados biométricos por meio de câmera do celular e conectando o paciente quando uma queixa assume caráter de preocupação. Profissionais da equipe de gestão de saúde GALILEU estão disponíveis para teleconsultas e podem inclusive orientar as melhores condutas sem necessidade do paciente sair de casa.

A plataforma digital também está conectada a consultórios físicos, apoiando avaliações de triagem e "laudando" exames a distância.

A GALILEU Saúde360+ nasceu da necessidade de reformular a gestão de saúde no Brasil, enfrentando desafios como longas filas de espera e atendimento fragmentado. Sua missão é proporcionar um cuidado preventivo e integral que não só melhora a qualidade de vida dos pacientes, como também otimiza os recursos disponíveis, reduzindo os custos operacionais para os governos.

Hoje, com mais de um milhão de pacientes sob sua responsabilidade,

atendendo municípios diversos em qualidade e quantidade, tendo em seu portfólio tanto a maior cidade do país, São Paulo, onde quinhentos e oitenta mil usuários são cuidados em mais de cento e vinte UBS's e com seiscentos mil atendimentos remotos (teleconsultas); como cidades de porte pequeno, como Palmital e Tarumã.

O diferencial dos "indicadores" de eficiência do GALILEU nos municípios em que atende são de tal forma positivos, tanto na redução de óbitos, identificação e cuidado inicial de qualquer anomalia, redução de custos e satisfação dos usuários, que atestam a qualidade e excelência dos serviços propostos.

Essa transformação não só melhora a experiência do paciente, mas também alivia a pressão sobre os sistemas de saúde e proporciona uma gestão mais eficiente e sustentável, demonstrando que o futuro da saúde já está sendo construído hoje, com a GALILEU-Saúde na vanguarda dessa revolução.



## A EMPRESA

- FUNDADA HÁ 5 DÉCADAS
- ENTRE AS LÍDERES NACIONAIS DO SETOR DE ENGENHARIA CONSULTIVA
- MAIS DE 80 CONTRATOS EM ANDAMENTO
- LÍDER DO CONSÓRCIO DO MAIOR CONTRATO DE ENGENHARIA CONSULTIVA DO BRASIL - GERENCIAMENTO PISF - MIDR
- CERTIFICAÇÕES ISO 9001 | 14001 | 45001

**+ 4 Bilhões** Litros/dia de água tratada

**+ 70 Milhões** Brasileiros beneficiados

**19 Estados** +2000 municípios atendidos

**+ 1000** Contratos realizados

## O QUE FAZEMOS

- ESTUDOS (EVTEA/VIABILIDADE), PLANOS E PROJETOS
- GERENCIAMENTO DE PROJETOS, PROGRAMAS, EMPREENDIMENTOS, OPERAÇÃO & MANUTENÇÃO
- EFICIÊNCIA OPERACIONAL, OPERAÇÃO & MANUTENÇÃO DE SISTEMAS
- ENGENHARIA DO PROPRIETÁRIO
- TECNOLOGIAS BIM E SIG
- MODELAGEM DE CONCESSÕES E ESTUDOS DE PRIVATIZAÇÃO
- PLANOS DE ADMINISTRAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO
- TURN KEY & SOLUÇÕES INTEGRADAS

## COMO FAZEMOS

- ÉTICA E INTEGRIDADE NOS NEGÓCIOS E NA CORPORAÇÃO
- PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE E EFEITOS CLIMÁTICOS
- GOVERNANÇA COMO INSTRUMENTO PARA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
- COMPLIANCE
- INOVAÇÃO E TECNOLOGIA - 100% MODELAGEM EM BIM, VANT, LASER SCAN, INVESTIGAÇÃO POR MEIOS GEOFÍSICOS, IA E CIÊNCIA DE DADOS
- PMO EC - SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS EM TEMPO REAL, APLICAÇÃO DE METODOLOGIAS CLÁSSICAS E AGEIS

## PRESENÇA GEOGRÁFICA

### A ENGECONSULT no Brasil

ESCRITÓRIOS OPERACIONAIS:

- SÃO PAULO (SP)
- BRASÍLIA (DF)
- RIO DE JANEIRO (RJ)
- RECIFE (PE)
- FORTALEZA (CE)
- SALVADOR (BA)
- TERESINA (PI)
- SÃO LUÍS (MA)
- VITÓRIA (ES)

NOSSA EQUIPE ESTÁ SEMPRE PRONTA PARA ATENDER AS NECESSIDADES ESPECÍFICAS DE CADA REGIÃO, GARANTINDO SOLUÇÕES EFICIENTES E SUSTENTÁVEIS PARA NOSSOS CLIENTES.



## ÁREAS DE EXPERTISE/ UTILITIES

SANEAMENTO	RECURSOS HÍDRICOS	MEIO AMBIENTE
MOBILIDADE	PLANEJAMENTO URBANO	TRABALHO SOCIAL
ÓLEO E GÁS	TRANSPORTES	ENERGIA
TURISMO	EDUCAÇÃO	SAÚDE
		PPP'S/ CONCESSÕES

## CONTRATOS DE DESTAQUE

- GERENCIAMENTO DA TRANSPOSIÇÃO DO SÃO FRANCISCO - PISF.** MAIOR CONTRATO DE CONSULTORIA PÚBLICA.
- RAMAL DO AGRESTE / PE.** CONSULTORIA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA SUPERVISÃO E ACOMPANHAMENTO TÉCNICO DA IMPLANTAÇÃO DO RAMAL DO AGRESTE.
- ADUTORA DO AGRESTE / PE.** GERENCIAMENTO, FISCALIZAÇÃO, ASSESSORIA TÉCNICA E ELABORAÇÃO DOS PROGRAMAS AMBIENTAIS DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ADUTOR DO AGRESTE - PE.
- GERENCIAMENTO SISTEMA GUANDU/RJ** MAIOR SISTEMA PRODUTOR DE ÁGUA POTÁVEL DO MUNDO AMPLIAÇÃO DE 24 M³/S, TOTALIZANDO 67 M³/S.
- CERTIFICADORA DA MAIOR PLANTA DESSAL DO BRASIL - CAGECE/ CE.** VAZÃO DE PRODUÇÃO DE 1M³/S.
- ASSESSORIA TÉCNICA DOS INVESTIMENTOS DE TODA GRANDE RIO - IRM /RJ.**
- ASSESSORIA TÉCNICA À CONDER/BA.** INVESTIMENTOS DA ORDEM DE R\$ 8BI NOS ÚLTIMOS ANOS.
- ASSESSORIA SEINFRA SBC/SP.** INTERVENÇÃO DE INFRAESTRUTURA
- GERENCIAMENTO (PMO) CESAN/ES.** GERENCIAMENTO DO PORTFOLIO DE PROJETOS E CONTRATOS DE SISTEMAS DE SAA E SES, E BENS DE USO GERAL (BUG) DA COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN.
- PROMORAR / RECIFE.** GERENCIAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO PARA APOIO AO GGP NA GESTÃO DO PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO E RESILIÊNCIA URBANA EM ÁREAS DE VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL - PROMORAR RECIFE.



ACESSE NOSSO SITE PARA MAIS INFORMAÇÕES ATRAVÉS DO QR CODE ACIMA

### ACOMPANHE NOSSAS REDES SOCIAIS:

- @SIGAENGECONSULT
- ENGECONSULT
- (81) 3194-4800
- ENGECONSULT@ENGECONSULT.COM.BR
- WWW.ENGECONSULT.COM.BR



ENGECONSULT ENGENHARIA QUE TRANSFORMA







# Cartão Benefício e Crédito Consignado: Transformando a Gestão Municipal

A modalidade de crédito consignado é amplamente popular entre servidores públicos e trabalhadores do setor privado, especialmente devido à sua facilidade e segurança. Com a recente regulamentação do Cartão Benefício Consignado, surgiu uma alternativa inovadora e flexível ao crédito

consignado tradicional, trazendo vantagens adicionais e exclusivas para servidores públicos e contribuindo para a economia local.

A flexibilidade e segurança proporcionadas pelo crédito consignado o tornaram cada vez mais popular entre diversos grupos sociais. Além de oferecer taxas de juros

mais baixas em comparação com outras modalidades de crédito, o consignado garante pagamentos automáticos diretamente da folha de pagamento ou do benefício, minimizando o risco de inadimplência para credores e tomadores.

A introdução recente do Cartão Benefício Consignado se desta-

ca como uma ferramenta prática, oferecendo ainda mais controle e vantagens, como a possibilidade de gerenciar o crédito de forma específica. Esse cartão facilita a gestão financeira dos servidores públicos, permitindo uma organização mais eficiente das finanças pessoais.

O crédito consignado é hoje a principal linha de crédito para as famílias brasileiras, ficando atrás apenas do crédito imobiliário. Atualmente, o Brasil possui R\$ 626,197 bilhões em crédito consignado, sendo R\$ 345,962 bilhões destinados a servidores públicos, R\$ 238,909 bilhões a beneficiários do INSS e R\$ 41,326 bilhões a trabalhadores do setor privado. Dados do Dataprev indicam que, apenas em dezembro do ano passado, 6,79 milhões de brasileiros contrataram um empréstimo consignado.

No panorama mais amplo, o crédito consignado contribui significativamente para fortalecer a economia nacional. Ao proporcionar acesso seguro ao crédito, estimula o consumo, beneficiando as economias local e nacional. Assim, o crédito consignado não apenas atende a necessidades imediatas dos indivíduos, mas também desempenha um papel crucial no ciclo econômico do país.

Essa modalidade de crédito possui um papel relevante na economia ao permitir acesso a empréstimos para populações de baixa renda, incluindo pessoas com histórico de crédito negativo, e para outros que não conseguiam acessar os

serviços financeiros tradicionais. O crédito consignado tem como característica uma taxa de juros mais baixa em comparação com outras opções de crédito, como empréstimos pessoais e cartões de crédito. O Cartão Benefício Consignado, regulamentado pela Lei Federal 14.431/2022, foi criado para pensionistas e aposentados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Trata-se de uma linha de crédito semelhante ao cartão de crédito convencional, mas com juros mais baixos e parcelas descontadas diretamente na folha de pagamento, facilitando o controle financeiro dos servidores.

Esse cartão já está disponível em estados e municípios que adaptaram suas legislações, como o estado de São Paulo e cidades como Sorocaba, Guarulhos e Campinas. Nesses locais, uma parte da margem consignável dos servidores é reservada exclusivamente para o uso do Cartão Benefício Consignado, oferecendo uma alternativa mais segura e econômica.

## Principais Características

O Cartão Benefício Consignado se diferencia do empréstimo consignado tradicional com características exclusivas:

- **Descontos Automáticos:** As parcelas são descontadas diretamente da folha de pagamento, garantindo maior segurança para o servidor.

- **Margem Consignável Exclusiva:** A legislação determina uma margem específica para essa mo-

dalidade, evitando o comprometimento excessivo da renda.

- **Juros Reduzidos:** As taxas são mais baixas que as de um cartão de crédito comum, uma vantagem importante em relação ao crédito rotativo.

- **Benefícios Adicionais:** Alguns cartões incluem serviços como telemedicina, descontos em medicamentos e seguro de vida, sem custo extra para o servidor.

## Benefícios Adicionais e Economia

Além de ser uma alternativa de crédito acessível, o Cartão Benefício Consignado inclui benefícios que geram economias significativas. Entre eles:

- **Seguro de Vida:** Garante suporte financeiro aos dependentes do segurado em momentos delicados.

- **Telemedicina:** Facilita o acesso a consultas médicas remotas, um recurso essencial desde a pandemia e que segue sendo útil.

- **Descontos em Medicamentos:** Reduz os gastos com medicamentos, especialmente importante para aqueles em tratamento contínuo.

Esses benefícios ampliam o escopo do Cartão Benefício Consignado, tornando-o uma solução completa e flexível.

Confira no quadro abaixo as principais diferenças e benefícios do Cartão Benefício e do Cartão de Crédito Convencional





Características	Cartão Benefício PixCard	Cartão Consignado PixCard	Outros Cartões Convencionais
Sem anuidade	✓	✓	✗
Sem consulta ao SPC e SERASA	✓	✓	✗
Autoliquidação	✓	✓	✗
Sem multa por atraso	✓	✓	✗
Limite de Saque Total	✓	✓	✗
Taxa de Juros Reduzida	✓	✓	✗
Desconto em Folha	✓	✓	✗
Parcelas Fixas	✓	✓	✗
Sem tarifa de Saque	✓	✓	✗
Medicamentos Genéricos Gratuitos	✓	✗	✗
Assistência Residencial e Auto	✓	✗	✗
Seguro Morte Acidental	✓	✗	✗
Sorteio Mensal	✓	✗	✗

### Disponibilidade do Cartão Benefício Consignado

Diversos estados e municípios já regulamentaram essa modalidade de crédito, permitindo que servidores públicos acessem o Cartão Benefício Consignado. Destacamos:

- **Governo de São Paulo:** Disponibilizou 15% da margem consignável para o cartão através do Decreto nº 66.622/2022.
- **Prefeitura de São Paulo:** Aprovou uma margem de 10% com o Decreto nº 61.556/2022.
- **Prefeitura de Sorocaba:** Regulamentou 20% da margem consignável, conforme Decreto nº 27.173/2022.

- **Prefeitura de Guarulhos:** Estabeleceu uma margem de 5% pelo Decreto nº 38.997/2022.
- **Prefeitura de Campinas:** Reservou uma margem de 10% exclusivamente para o cartão, através do Decreto nº 22.086/2023. Crédito Seguro

O Cartão Benefício Consignado é uma alternativa atraente, com juros baixos e flexibilidade para saques e compras com parcelamento fixo. Seus benefícios adicionais, como telemedicina e descontos em medicamentos, agregam valor à vida pessoal e financeira do servidor, fazendo do cartão uma solução completa.

Empresas especializadas em crédito consignado, como a Pixcard,

desempenham papel essencial na promoção e regulamentação dessa modalidade, melhorando a qualidade de vida dos servidores e oferecendo segurança financeira.

Assim, o crédito consignado representa uma alternativa moderna e vantajosa para servidores públicos que buscam uma linha de crédito segura e com benefícios extras. Com regulamentação para evitar o endividamento excessivo, essa modalidade protege o orçamento familiar dos servidores, atendendo suas necessidades financeiras com mais tranquilidade.

O potencial do segmento de consignados para fortalecer a economia brasileira nos próximos anos é significativo, especialmente ao promover a inclusão financeira e apoiar os gestores municipais na criação de políticas econômicas sustentáveis.



**Lucas Ventura Salle**  
é Diretor de Credenciamentos/Convênios da empresa PixCard, com formação acadêmica em Direito

# SOLUÇÕES INTELIGENTES PARA REDUZIR PERDAS E PROMOVER UM SANEAMENTO EFICIENTE.

## DESTAQUE

Confira uma das soluções de destaque que oferecemos.

### CURAPIPE: REDUÇÃO DE VAZAMENTOS COM INOVAÇÃO E ECONOMIA!

Com **tecnologia avançada**, o Curapipe identifica e repara vazamentos em redes de distribuição de água sem necessidade de escavações.

**REDUÇÃO DE PERDAS:**  
Milhões de litros salvos com essa solução.

**AGILIDADE:**  
Até 6 vezes mais rápido do que métodos tradicionais.

**SUSTENTABILIDADE E SEGURANÇA:**  
Melhora a eficiência das redes, reduzindo desperdícios e custos.

Menos transtorno, mais eficiência e pouca interferência na rotina urbana.



Alinhado ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU



Conheça mais soluções acessando nosso site.

**Contato**  
+55 11 4208-4021  
contato@atme.eco.br

**ATME Eco Solutions**  
Alameda Grajaú, 129 – 18 andar  
Alphaville Industrial, Barueri – SP





# Uma Nova Era de Inclusão para a Comunidade Surda

A comunicação com as pessoas com deficiências auditivas, especialmente aquelas que fazem uso da Língua Brasileira de Sinais, sempre representou um grande desafio. Poucas pessoas sabem Libras e a maioria dos surdos sinalizantes não possui fluência em português, o que limita significativamente suas possibilidades de interação e acesso a informações.

Esse cenário se torna ainda mais desafiador quando se trata de oferecer serviços públicos a essa população. Como garantir que o cidadão surdo seja atendido de forma digna? Como estruturar atendimento acessível em Libras em todas as áreas da gestão pública?

Até pouco tempo, o acesso da comunidade surda a serviços essenciais e ao exercício de seus direitos

mais básicos era bastante restrito, criando barreiras consideráveis para essa parcela da população. Felizmente, com os avanços em tecnologia e acessibilidade, esse problema tem sido progressivamente solucionado.

Nesse sentido, a iniciativa mais inovadora é o ICOM, plataforma de atendimento em Libras por videochamada, que promove comunica-

ção humanizada entre o munícipe surdo e os serviços públicos, com intermediação em tempo real de intérpretes fluentes e experientes, oferecendo segurança jurídica e privacidade de dados. Com o ICOM, o cidadão surdo é finalmente incluído de maneira integral e pode ser atendido em seu idioma de forma prática e respeitosa, 24 horas por dia, 365 dias no ano.

Esse serviço já está em operação em muitas empresas e importantes cidades, como São Paulo capital, Campinas, Mogi das Cruzes, Limeira, Piracicaba e Salto, entre outras. Também está presente nos Governos Estaduais como São

Paulo, Espírito Santo, Distrito Federal, Rondônia e Bahia. O Governo de São Paulo está ampliando a implantação do ICOM para cobrir progressivamente todos os seus serviços, garantindo que a inclusão seja uma realidade presente e tangível em todo o Estado.

## O uso do ICOM proporciona benefícios que vão além do atendimento em si:

**1. Fortalecimento da cidadania:** ao poder se comunicar diretamente com os atendentes municipais em Libras, o cidadão surdo sente-se acolhido e respeitado.

**2. Redução de barreiras e autonomia:** muitas vezes, as pessoas surdas dependem de familiares ou terceiros para intermediar sua comunicação. Com o ICOM, essa dependência é eliminada, permitindo maior independência e protagonismo.

**3. Aprimoramento da gestão pública:** municípios que adotam a acessibilidade comunicacional em Libras mostram-se mais preparados para atender às necessidades de uma população diversificada, oferecendo um serviço público mais eficiente e inclusivo.

Prefeitos e gestores, quando o ICOM estará disponível também em sua cidade? Como seu município pode se preparar para garantir atendimento eficiente para a comunidade surda?

Adotar o ICOM para a promoção da acessibilidade comunicacional é mais do que reconhecer os direitos da comunidade surda; é um passo decisivo para garantir uma cidade mais justa e igualitária.



**Cid Torquato**  
ex-Secretário Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo



# TRANSFORME A GESTÃO URBANA DA SUA CIDADE COM TECNOLOGIAS INOVADORAS



## SOLUÇÕES SMART CITY

MONITORAMENTO DE CIDADES - CENTRAL DE MONITORAMENTO - SEGURANÇA NAS ESCOLAS - MONITORAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS -

SISTEMA INTEGRADOR DE TECNOLOGIAS - SISTEMAS PARA SMART CITIES - FISCALIZADORES DE TRÂNSITO -

PAINEL DE MENSAGENS VARIÁVEIS - ESTAÇÕES METEOROLÓGICAS E SENSORES DE ALAGAMENTO -

CERCO ELETRÔNICO - TECNOLOGIAS PARA CIDADES INTELIGENTES

**SAIBA MAIS, ACESSE...**

[WWW.TECNOLOGIAGTO.COM.BR](http://WWW.TECNOLOGIAGTO.COM.BR)

AGENDE  
UMA VISITA



Para as melhores instituições de ensino, móveis nota 10



► [nacaomoveis.com.br](http://nacaomoveis.com.br)

📷 [nacaomoveis](https://www.instagram.com/nacaomoveis)



► [urbys.com.br](http://urbys.com.br)

📷 [urbysolucoesurbanas](https://www.instagram.com/urbysolucoesurbanas)







# As prefeituras e a fiscalização do terceiro setor

*Apenas em 2023, setor público paulista transferiu R\$ 40,8 bi a entidades*

Em meados da década de 1990, foram lançadas as bases da reforma do Estado brasileiro, marcado por ineficiências e excessiva burocratização. Em linhas gerais, esse projeto buscava adaptar e transferir os conhecimentos gerenciais desenvolvidos no setor privado para

a esfera pública, a fim de tentar aumentar a capacidade estatal de governar com eficácia e qualidade.

Um dos elementos-chave dessa mudança de paradigma foi a inserção do terceiro setor no âmbito dos serviços públicos essenciais e não exclusivos, como saúde, educação,

cultura e tecnologia. O modelo se expandiu rapidamente. Hoje, as organizações da sociedade civil atuam nos três níveis de governo e ocupam um espaço significativo nas mais diversas áreas.

Esse crescimento tornou a análise dos repasses públicos para as en-

tidades do terceiro setor uma das atribuições mais relevantes dos Tribunais de Contas. Os valores envolvidos falam por si. Tomando apenas o estado de São Paulo, o governo estadual e as prefeituras –com exceção da capital– transferiram, em 2023, nada menos que R\$ 40,8 bilhões às organizações privadas sem fins lucrativos.

A fiscalização dessas atividades, contudo, não cabe apenas aos Tribunais de Contas. Os municípios têm um papel tão ou mais importante a exercer, por meio do controle interno. Tal dever é consagrado em uma série de leis, da

Constituição Federal ao Marco Regulatório do Terceiro Setor.

Em outras palavras, se um governante decide executar determinada política pública por meio do terceiro setor, ele tem a obrigação legal de criar instrumentos que garantam que os recursos serão aplicados conforme os termos pactuados.

O que se observa no dia a dia do Tribunal de Contas do Estado São Paulo (TCESP), porém, é que muitas prefeituras têm, no mínimo, negligenciado essa obrigação. Embora os mecanismos de vigilância interna até existam no papel, com frequência servem apenas para inglês ver. Assim, a Corte de Contas, que deveria ser o último elo da cadeia de controle e fiscalização, não raro se converte no único.

São costumeiros os casos de falhas nas prestações de contas das entidades. O resultado se vê nas reiteradas reprovações de parcerias, que terminam por gerar multas e até a devolução dos recursos. Entretanto, por mais que o tribunal cumpra a sua função, quando se atinge esse ponto, o estrago muitas vezes já está feito. Os serviços essenciais que não foram prestados corretamente, a política pública que deveria ter sido implementada e não foi –nada disso pode ser reparado.

Em 2022, uma operação conjunta do TCESP, do Ministério Público e do Ministério Público de Contas analisou 67 parcerias firmadas na área da saúde com municípios e o governo estadual, totalizando cerca de R\$ 6,7 bilhões. A fiscalização apontou problemas em nada menos que 60% delas, e recomendou a devolução de quase R\$ 70 milhões.

Nas sessões semanais do tribunal, nos deparamos com inúmeros casos em que gestores públicos emitem pareceres avalizando gastos impróprios, sem qualquer relação com o objeto da parceria, quando não imorais ou ilegais. Em processos relacionados a contratos de gestão de unidades de saúde, as auditorias frequentemente encontram pagamentos de serviços e horas extras que extrapolam os limites do tempo e do espaço.

Há também situações em que a administração pública simplesmente distorce a realidade. Recentemente, o TCESP foi induzido a erro por um parecer de uma prefeitura, que afirmou não ter recebido a prestação de contas da entidade contratada. Isso gerou sanções que depois tiveram de ser anuladas em ação de revisão, para que não se penalizasse a organização social injustamente. A lista de problemas poderia se prolongar.

Já está mais do que na hora de mudarmos esse estado de coisas. Para isso, é crucial que os prefeitos que assumirão no ano que vem estejam mais comprometidos com o dever de fiscalizar as entidades do Terceiro Setor, como determina a lei. A população e os cofres públicos agradecem.



**Dimas Ramalho**  
*é conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.*



# A criação da taxa do lixo: um impasse para os Prefeitos



**E**specialmente entre os Prefeitos eleitos, não é incomum surgir a dúvida a respeito da obrigatoriedade ou não da instituição da taxa de resíduos sólidos, popularmente conhecida como taxa do lixo.

Se, por um lado, se trata de uma medida que alguns buscam evitar dado seu caráter impopular, por outro a sua criação decorre do próprio modelo adotado pelo novo marco legal do saneamento básico, que prima pela sustentabilidade dos serviços.

De fato, a Lei Federal nº 14.026/2020, definiu que os serviços serão suportados econômi-

ca e financeiramente pelo capital arrecadado na cobrança pela sua prestação aos cidadãos.

Contudo, a questão que precede a criação da taxa reside na análise cuidadosa do orçamento municipal.

Isso porque o que demonstrará a necessidade de criação da taxa serão as demandas municipais ante a arrecadação, razão pela qual é imperiosa a análise acurada do orçamento do Município.

É bem de ver que, por se tratar de uma faculdade, caso o Município opte por não instituir a cobrança, deverá demonstrar que pos-

sui outras fontes para custear os serviços e os respectivos investimentos.

Vale frisar que o modelo instituído pelo novo marco regulatório (Lei Federal nº 14.026/2020), é o da remuneração pelos serviços prestados, sendo expressa na exigência de sustentabilidade pela cobrança do serviço.

Tanto assim é que a ausência da instituição da taxa ou de outro mecanismo de cobrança para a prestação desse serviço obrigará a Administração a apontar a existência de fontes de recursos alternativas suficientes para o seu custeio.

Ainda que outras fontes de receita estejam sendo utilizadas para o custeio desse serviço, vale repetir que é imperiosa a análise do orçamento municipal à luz das demandas locais.

A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, na condição de responsável pela edição de normas de referência para regulação dos serviços públicos de saneamento básico, definiu que a cobrança pela prestação dos serviços municipais de resíduos sólidos urbanos deve ser adequada e suficiente para manter a sustentabilidade econômico-financeira da sua prestação.

É o que determina a Norma de Re-

ferência nº 1/ANA/2021 aprovada por meio da Resolução ANA nº 79, de 14/06/2021.

A observância às normas de referência expedidas pela ANA é condição para o recebimento de recursos públicos federais para a realização de investimentos no setor e os financiamentos com recursos da União por previsão expressa da Lei Federal nº 11.445/2007.

Por outro lado, por força do princípio da eficiência, previsto na Constituição Federal, o Município possui o dever de oferecer os serviços com rapidez, agilidade, presteza, excelência e bom aproveitamento.

Não basta, portanto, que a atividade administrativa tenha previsão legal para ser desempenhada; exige-se, outrossim, que tenha resultados satisfatórios no indispensável atendimento à população. Por essa razão, a execução dos serviços públicos deve ser ágil e atender de maneira completa as necessidades da coletividade.

E, evidentemente, isso guarda relação direta com a efetiva disponibilidade de recurso para o custeio dos serviços.

Ademais, a alocação de recursos públicos federais para a realização de investimentos no setor e os financiamentos com recursos da União são condicionados também à eficiência e à eficácia na prestação dos serviços públicos de saneamento básico, conforme prevê a própria Lei Federal nº 11.445/2007. Além disso, por força do princípio administrativo da continuidade do serviço público, o serviço deve ser executado de forma regular, con-

siderando-se a gravidade das consequências de eventual descontinuação da sua prestação sobre a sociedade.

No caso, eventual suspensão, ainda que temporária, dos serviços públicos de coleta, remoção e destinação adequada dos resíduos sólidos domiciliares poderia levar à proliferação de insetos e doenças, por exemplo, entre outros problemas graves para a coletividade no Município.

Nesse cenário, a instituição da taxa tem a finalidade de custear o serviço público essencial para a coletividade, atendendo-se aos princípios da eficiência e da continuidade do serviço público.

Como se vê, a criação da taxa do lixo passa por diversas questões, a serem analisadas com cuidado pelo gestor municipal.



**Isabela Giglio** é advogada especialista em Direito Administrativo e em Direito Processual Civil pela PUC/SP, Consultora Jurídica da CONAM – Consultoria em Administração Municipal, integrante do *Infra Woman Brazil*, autora dos livros *Improbidade Administrativa – Dolo e Culpa* e *A Administração Pública e o Terceiro Setor*, e coautora dos livros *O Marco regulatório do Terceiro Setor* e *Vinte Anos de Constituição* ([isabela.giglio@conam.com.br](mailto:isabela.giglio@conam.com.br)).





# Eficiência, eficácia e efetividade na gestão pública

**A** eficiência, refere-se à capacidade de alcançar resultados com o menor uso de recursos possíveis, representada, em matéria de gestão pública, através da entrega de serviços à população de forma eficaz, através da utilização dos recursos financeiros, humanos e materiais de maneira otimizada.

A eficácia está associada à capacidade de atingir os resultados e objetivos desejados. Enquanto a eficiência foca em como alcançar os resultados com o menor uso de recursos disponíveis, a eficácia garante que os resultados sejam alcançados, independentemente dos recursos utilizados.

Já a efetividade envolve a combinação da eficiência e da eficácia, e se refere à capacidade de uma ação ou política atingir seus objetivos de forma completa e sustentada ao longo do tempo, gerando resultados concretos e duradouros. Em matéria de gestão pública, a efetividade vai além de simplesmente alcançar metas ou usar recursos de maneira eficiente; ela diz respeito a como as políticas públicas e os programas impactam positivamente a vida das pessoas, de maneira sustentável e duradoura.

Esses conceitos são de extrema importância para os prefeitos e prefeitas paulistas, não somente para garantia de uma gestão pública de qualidade, mas também para o atendimento do Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEG-M.

Referido índice foi criado com o propósito de mensurar e comparar a qualidade da gestão pública dos 644 municípios do Estado de São Paulo, levando em consideração a efetividade das políticas públicas e a utilização dos recursos públicos em áreas essenciais, como saúde, educação, saneamento, segurança pública, entre outras.

Outro objetivo importante do IEG-M é estimular os gestores públicos a melhorarem suas práticas, proporcionando um instrumento de gestão que pode ser usado para aprimorar a aplicação dos recursos e a entrega de serviços à população.

E para atender seus objetivos, o IEG-M é composto por indicadores distribuídos em diversas áreas, das quais se destacam:

A Educação, com avaliação da taxa de alfabetização, do IDEB (Índice de

Desenvolvimento da Educação Básica), da infraestrutura escolar e dos investimentos realizados na área.

A saúde, com a valoração da qualidade dos serviços de saúde, como a cobertura do SUS (Sistema Único de Saúde), a mortalidade infantil, e o atendimento de urgência e emergência.

O saneamento básico, com a avaliação da cobertura de serviços de água e esgoto, coleta de lixo, e o tratamento de resíduos sólidos.

A segurança pública, com a análise dos índices de criminalidade, a atuação das polícias e a taxa de resolução de crimes.

A gestão fiscal, através do estudo da saúde financeira do município, levando em consideração a arrecadação, a transparência fiscal, o controle de despesas e a sustentabilidade fiscal. A habitação e urbanismo, com a avaliação do acesso à moradia, os projetos habitacionais e a qualidade da infraestrutura urbana.

O meio ambiente, onde são medidas as ações voltadas à preservação ambiental e o manejo adequado de recursos naturais.

O transporte e a mobilidade, com a análise da qualidade do sistema de transporte público, a infraestrutura de mobilidade e a acessibilidade.

A cultura e o lazer, através da análise da oferta de atividades culturais e recreativas para a população.

O desenvolvimento econômico, com a medição do desempenho do município em termos de geração de emprego, renda e políticas de incentivo ao setor produtivo local.

A assistência social, mediante a avaliação da efetividade das políticas de assistência social, e o atendimento às populações vulneráveis.

E, finalmente, a gestão de pessoal, com a avaliação da gestão do servidor público municipal, incluindo a capacitação, a distribuição de pessoal e a eficiência do trabalho no serviço público.

É importante registrar que as áreas acima mencionadas são essenciais para a composição do IEG-M, uma vez que têm impacto direto na qualidade de vida da população.

Assim, analisados os itens acima, o cálculo do IEG-M envolverá três componentes principais, ou seja, indicadores, ponderação e pontuação, sendo que o TCE-SP utiliza dados quantitativos e qualitativos para medir o desempenho do município em cada área.

A coleta de dados de fontes públicas, como o IBGE, o DATASUS, o INEP e outras fontes de dados oficiais, é utilizada para calcular os indicadores de cada área.

Coletados os dados, cada indicador recebe uma pontuação, que varia conforme o desempenho do município, sendo realizada uma ponderação específica para cada área avaliada, refletindo assim a qualidade de vida da população.

Finalmente, é realizado o cálculo da nota final, que é obtida a partir da

soma ponderada das pontuações de cada área analisada.

Com base na pontuação final, o município é classificado em uma das categorias de efetividade, sendo utilizados os seguintes conceitos e notas: Nota A: ALTAMENTE EFETIVA, com IEG-M com pelo menos 90% da nota máxima e, no mínimo, 5 índices com nota A.

Nota B+: MUITO EFETIVA, com IEG-M entre 75,0% e 89,9% da nota máxima.

Nota B: EFETIVA, com IEG-M entre 60,0% e 74,9% da nota máxima.

Nota C+: EM FASE DE ADEQUAÇÃO, com IEG-M entre 50,0% e 59,9% da nota máxima.

Nota C: BAIXO NÍVEL DE ADEQUAÇÃO, com IEG-M menor ou igual a 49,9%.

Para se ter uma ideia, em 2015, ano da criação do IEG-M, apenas 10 municípios receberam a nota C, enquanto 30 deles receberam a nota C+. Por sua vez, 400 municípios receberam a nota B, tendo ainda outros 198, recebido a nota B+. Nesse ano, nenhum município atingiu a nota A.

Já, em 2023, após nove anos da criação do IEG-M percebeu-se uma queda na qualidade dos serviços prestados à população paulista, tendo 369 municípios recebido a nota C e 223 a nota C+. Nesse período de avaliação, nenhum município atingiu as notas B+ ou A.

Certamente, a pandemia causada pelo coronavírus SARS-CoV2, causador da Covid-19 teve um sério impacto nos municípios paulistas durante os anos de 2020 e 2021, com reflexos consideráveis em 2022, especialmente nas áreas de saúde e educação.

Não obstante esse fato, é importante que os gestores municipais tenham em mente que IEG-M é uma ferramenta fundamental para avaliar a qualidade da administração públi-

ca e promover a melhoria contínua nos serviços prestados à população, permitindo-lhes ter um diagnóstico claro de sua atuação, favorecendo uma gestão mais eficiente e transparente.

Da mesma forma, o IEG-M possibilitará aos prefeitos e prefeitas, além de identificar os pontos fortes e fracos de sua gestão, o planejamento e a tomada de decisões através da análise dos dados apresentados.

Outro fato que denota atenção é que um bom desempenho no IEG-M pode ser utilizado como justificativa para atrair recursos financeiros, bem como a realização de parcerias com entidades públicas e privadas.

Certo ainda é que o IEG-M pode auxiliar os gestores municipais a demonstrarem para a população como os recursos estão sendo utilizados, contribuindo para a transparência e a prestação de contas.

Finalmente, deve ser destacado, diante do acima exposto, que os novos e os já experientes gestores municipais devem fazer um esforço, ainda que hercúleo, em busca da NOTA A, em todas as áreas avaliadas pelo IEG-M, demonstrando assim seu comprometimento com a melhoria da vida dos cidadãos de cada um dos 644 municípios paulistas.



**Luciano Ferreira Peres**  
Advogado da Associação Paulista de Municípios e Especialista em Direito Público pela PUC-SP



# O que é a Geração “Nem Nem”, e como ela está reduzindo o PIB em mais de 43,3 Bilhões

**43,3 Bilhões** esse é o valor que, de acordo com a CNC - (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo), é condizente ao que os jovens entre 18 e 24 anos que não estudam e nem trabalham poderiam ter contribuído no Produto Interno Bruto (PIB).

O termo atual para referir-se a esses jovens é geração “Nem Nem”, ou seja, aqueles que não estão engajados em atividades educacionais ou profissionalizantes. Este fenômeno cada vez mais preocupa a sociedade como um todo, mas principalmente entre pais e filhos, já que esses jovens estão, muitas vezes, afastados do desenvolvimento pessoal, profissional e social, o que pode resultar em uma série de desafios a longo prazo, como desemprego, exclusão social e falta de perspectiva de futuro.

De acordo com o IBGE, um a cada cinco jovens de 15 e 29 anos não estudavam ou trabalhavam no ano de 2022, essa causa é ainda mais agravada quando esse grupo totaliza mais de 10 milhões de jovens. A marcação no ano de 2022 reafirma que é inegável que o desinteresse pela educação e o distanciamento do mercado de trabalho acaba tornando o processo mais difícil durante a inserção desses grupos em uma sociedade cada vez mais exigente em termos de habilidades profissionais e competências.

Nesse cenário crítico, é essencial que instituições de ensino encontrem formas de combater esse cenário, seja oferecendo oportunidades ou alternativas que os preparem de maneira efetiva para o futuro.

Assim nasce o EZ, o Empreendedorismo para a geração Z, que visa preparar os jovens para o mercado de trabalho do futuro, com foco no empreendedorismo e nas novas carreiras digitais.

O EZ oferece uma jornada de aprendizagem diferenciada, integrando ensino teórico e prático para proporcionar aos estudantes experiências educativas alinhadas com as demandas do mundo atual. Com uma base de ensino empreendedora, os alunos têm a oportunidade de aprender sobre **business, marketing, design e programação**, sempre com uma visão voltada para o mercado contemporâneo, especialmente no contexto tecnológico.

Como parte de seu método inovador, o EZ utiliza a gamificação por meio de um software próprio, que oferece conteúdos em formatos variados, atividades complementares e um ambiente interativo. Além disso, o emprego de metodologias ativas de ensino, como o aprendizado por pares (P2P), no qual os estudantes aprendem e ensinam de forma mútua. Essa abordagem dinamiza os encontros, promove o desenvolvimento integral, incentiva o trabalho em equipe e estimula o protagonismo dos alunos.

Fontes: CNN Brasil / Carta Capital

## Cidades em **evolução** usam Govbr



**Govbr**  
Governança Brasil

**Soluções de governança para a gestão pública**



Entre em contato conosco  
[www.govbr.com.br](http://www.govbr.com.br)

[governancabrasil](https://www.instagram.com/governancabrasil)

Programação

Marketing

Inovação e Gestão

Design

O Programa completo de empreendedorismo e novas carreiras para jovens

Cases de Sucesso:



@quantumeduc  
  
quantumeduc.com



Empreendedorismo para Geração Z





# MULHERES EM DESTAQUE



## Monica Faggionato

A competente Diretora de Educação do Consulado Geral da Itália em São Paulo, Monica Faggionato, participou do Congresso da AMPPESP em Águas de São Pedro, no dia 1º de novembro, tratando das possibilidades de trabalho do Consulado com as Prefeituras, citando os municípios de Jarinu e Monte Alegre do Sul como os que já têm ações conjuntas, como o ensino da língua italiana e da cultura do país. Lembrando os 150 anos da imigração italiana ao Brasil, fez vários contatos com os Congressistas do Fomento 2024.



## Comendadores

Em cerimônia emocionante, no Congresso da Associação dos Municípios de Pequeno Porte do Estado de São Paulo (AMPPESP), em Águas de São Pedro, em 30 de outubro, a Sociedade Brasileira de Heráldica e Humanística entregou Comendas Ordens do Mérito Cívico e Cultural. O incansável Comendador Grão Colar Dom Galdino Cocchiari e os Comendadores Yuri Pantojo Serapilha e Dr. André Teixeira condecoraram o Prefeito Adinan Ortolan, a Secretária de Educação Angelita Ortolan, o Diretor Executivo Bruno Oliveira e esta colunista Marilene Mariottoni, por serviços prestados.



## Marilene Mariottoni

É Conselheira da APM e da Consumare e Diretora da Associação de Mulheres na Engenharia, Agronomia e Geociências do Estado de São Paulo, engenheira, corretora e jornalista. Foi Vereadora por 5 mandatos e Presidente da Câmara Municipal de Mogi Mirim  
marilenemariotton@uol.com.br



## SEESP 90 anos

Sessão solene presidida pelo Deputado Simão Pedro, na Assembleia Legislativa do Estado, em 16 de agosto, comemorou 90 anos do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo. Foto: Ramalho da Construção (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de São Paulo), Eng. Silvana Guarnieri (Coordenadora da Comissão da Mulher Engenheira do SEESP), Desembargadora Ivani Bramante, Engº Murilo Pinheiro (Presidente do SEESP) e Eng. Marilene Mariottoni que representou o Presidente da APM, Marcelo Barbieri.



## Dra. Renata Bravo

A Dra. Renata Costa Bravo foi eleita Vereadora em Santos, com expressiva votação. Teve atuação destacada como Vice-Prefeita e como Secretária da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos, com inúmeros e valorosos projetos e ações. Entre eles: Programa de capacitação InovaMães e o Projeto Feito em Santos de incentivo à economia criativa, a Casa da Mulher, o Aplicativo Santos Mulher, o Fundo Municipal da Mulher, ampliação de Guardiã Maria da Penha, o Pró-Mulher e a 1ª Vara especializada em violência doméstica da Baixada.



## Prefeita Ivana reeleita

A Prefeita Ivana Camarinha está comemorando sua reeleição obtida em função de muito trabalho, com sua equipe, em defesa da população de Pederneiras. Uma de suas ações, a Usina de energia solar "João Coragem B. D. de Moraes" foi uma iniciativa pioneira que trará economia ao município e revela práticas ambientalmente responsáveis, levando energia solar aos prédios públicos municipais. Também importante é o Espaço de Educação Ambiental para crianças e jovens. E os trabalhos continuam!



## Circulo Italiano

Em evento no tradicional e bellissimo Circulo Italiano de São Paulo, no dia 30 de agosto, esta colunista foi recebida pelo atuante Presidente José Lourenço Messina e pela dedicada Conselheira e Diretora de Eventos e Marketing Roberta Cappellano, bem como pelo Dr. Fábio D'Urso e por Fausto Longo. O Circulo Italiano completou 113 anos em abril. E o Presidente José Lourenço visitou o Presidente da APM Marcelo Barbieri, quando foi firmado importante convênio entre as duas valorosas entidades



## Rita Guarino e o Presidente

O Presidente da Itália, Sérgio Matarella, visitou o Brasil no mês de julho. Foi a primeira visita de um presidente italiano em 24 anos, tendo realizado várias reuniões, visando fortalecer as relações com o Brasil e lembrando a importância dos 150 anos da imigração italiana no país. No Consulado da Itália em São Paulo, fez reuniões proveitosas com o Cônsul Domenico Fornara e valorosa equipe. Na foto, o Presidente Matarella cumprimentando a dedicada e competente Secretária Consular, Rita Guarino.



## 79ª SOEA

A 79ª Semana Oficial da Engenharia e da Agronomia (SOEA) reuniu 6 mil profissionais brasileiros no Centro de Convenções de Salvador (BA), de 7 a 10 de outubro, organizado pelo Sistema CONFEA/CREA/Mútua, com palestras e sobre o Programa da Mulher (lançado pelo Presidente da Mútua Joel Krüger quando presidiu o CONFEA). Foto: Eng. Silvana Guarnieri (ex-Vice-Prefeita de Diadema e Coordenadora da Comissão da Mulher Engenheira do SEESP), Eng. Marilene Mariottoni, Eng. Poliana Krüger (Presidente da FAMEAG e da AMEAG SP) e Eng. Mariana Costa (Assessora da Presidência da Mútua).



## Vilma Proença

Tomou posse na Academia Mundial de Letras da Humanidade, em 24 de outubro, no Club Holms, em São Paulo e sua Patronesse é a escritora Nisia Floresta. Vilma Proença faz parte da Organização Brasileira de Mulheres Empresárias, presidida por Lilian Schiavo. Na foto, a acadêmica recebendo o colar da poetisa Shirlei Ferro, a toga de Filó Pereira e o diploma do Dr. Leandro Gimenez, presidente do Sarau Paulistano Inclusão pela Arte e Cultura. O Presidente da Academia Mundial é o Dr. Camilo Martins e da Nacional é o Sr. José Almir.





**Prefeita Graça reeleita**

A Prefeita de Itirapina, Profª Maria da Graça Zucchi Moraes, foi reeleita. Trabalhou muito pelo município, especialmente em assuntos de educação, saúde e infraestrutura. A Prefeita Graça quer ampliar o número de vagas nas escolas de período integral, oferecer transporte público aos moradores, melhorar o transporte de pacientes a outros municípios, ter mais especialidades médicas e reformar o hospital municipal. Para a Câmara Municipal foram eleitas 3 Vereadoras: a atuante Bete do Broa (reeleita), Mileni Giane e Keila Piloto. Sucessos!



**Prefeita Débora reeleita**

A Prefeita Débora Prado, de Jarinu, foi reeleita com a maior votação da história do município que foi o primeiro no Estado a implantar o ensino da língua italiana nas escolas da rede municipal. Investiu muito na infraestrutura dos bairros, implantou o Poupatempo e o Corpo de Bombeiros, através de parcerias. Continuará seu importante trabalho no saneamento básico, na saúde, na educação, em pavimentação e na geração de novos empregos. A Prefeita Débora Pardo tem colhido bons resultados de seu dedicado trabalho. Sucessos!



**A Força da Sociedade**

está na valorização da Mulher foi o título do painel organizado e moderado por esta colunista especialmente convidada para o Fomenta 2024 da AMPESP. Participaram: Prefeita Cláudia Botelho (Estiva Gerbi), Fernanda Torres (Diretora da Secretaria Estadual de Turismo), Luciana Feldman (Secretaria de Mudanças Climáticas de São Paulo), Maria do Carmo Guilherme (Vice-Prefeita eleita de Rio Claro), Angelita Ortolan (Secretária de Educação de Cordeirópolis), Amanda Gonçalves (Secretária de Promoção Social de Águas de São Pedro) e Patrícia Zeitoun Santos (Secretária da Mulher de Monte Azul Paulista).



**XII CONSE**

O XII Congresso Nacional dos Engenheiros (CONSE), promovido pela Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), de 17 a 19 de setembro, no auditório do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (SEESP), contou com participação de profissionais de todo o Brasil. O Presidente Murilo Pinheiro (FNE e SEESP) abriu o CONSE com várias autoridades e fez o lançamento do livro sobre os 60 anos da FNE. Na foto, esta colunista Eng. Marilene Mariotoni com o Ministro interino do Trabalho e Emprego, Francisco Macena da Silva.



**Sônia Beolchi reeleita**

A Vereadora Sônia Palma Beolchi, de Ibirá, Presidente da Câmara por três mandatos, foi reeleita Vereadora e deverá assumir seu quinto mandato. Tem o carinho e o reconhecimento do povo de Ibirá por tudo o que fez e faz, trabalhando incansavelmente. Conquistou cerca de R\$2,5 milhões em verbas para a saúde (ambulâncias, para a Santa Casa e para a Unidade Básica de Saúde), infraestrutura viária, segurança pública (sede da Delegacia pública) e lazer, com brinquedos acessíveis instalados nos 3 Parques públicos das Termas. Sucessos sempre!



**II Congresso Internacional**

A Profª Dra. Sueli Sampaio Damin Custódio coordenou o II Congresso Internacional de Mulheres em Ciência, Tecnologia, Engenharia, Arte e Matemática (STEAM), em 27 de setembro, no Parque de Inovação Tecnológica de São José dos Campos, em parceria com o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA). Marilene Mariotoni palestrou representando o Presidente da Mútua, Engº Joel Krüger, em "Educação para o Século XXI", com a Profa. Dra. Adriana Maria Tonini (Presidente da ABENGE) e a Profa. Dra. Maryangela Geimba de Lima (a primeira no cargo de Reitora do ITA); moderação da Profa. Dra. Tatiane Balliano (Universidade Federal de Alagoas/PROFNIT).



**Orgulho do Brasil**

Brenda Gomes Virgens, estudante de Aprendizagem Industrial de Produção Gráfica do SENAI-SP, venceu o concurso de criação da marca do ODS 18 – igualdade étnico-racial. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram criados pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015 para 2030. O Presidente Lula da Silva, em pronunciamento na ONU, lançou e adotou o 18º. A nova marca será usada em ações do Governo brasileiro e de órgãos da ONU no Brasil, na luta contra o racismo e pela justiça social. Brenda, parabéns!



**Ser Economista**

A publicação Ser Economista foi lançada em 26 de outubro, pela Editora Processo, na Livraria da Vila, com 38 autores de cada capítulo, sobre a profissão, o que é ser economista e a jornada profissional. A competente economista Profa. Dra. Nancy Gorgulho Braga (foto), a primeira mulher a presidir o Conselho Regional de Economia, é uma das autoras e as demais: Junia Rodrigues, Vera Martins, Mônica Beraldo, Celina Ramalho, Cristina de Melo, Fabiana Delfim, Fernanda Della Rosa, Helga Hoffmann, Maria Alejandra Madi, Thais Zara e Zeina Latif.



**Combater a Violência contra a Mulher**

José Augusto Viana Neto, Presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis no Estado de São Paulo, realizou o 2º evento do CRECISP de Combate à Violência contra a Mulher, em 31 de outubro, em São Paulo. Com grande participação, apresentou balanço das ações, definindo metas e projetos para 2025. Na foto, momento da assinatura do convênio CRECISP-AMPESP: Diretor Bruno Oliveira, Prefeito Marco Aurélio Pinheiro (São Pedro do Turvo), Presidente Augusto Viana, Marilene Mariotoni e Prefeito Adinan Ortolan (Presidente).



**Congresso Paulista de Economia**

O economista Prof. Pedro Afonso Gomes, Presidente do Conselho Regional de Economia do Estado de São Paulo (CORECON-SP), o Vice-Presidente Odilon Guedes Jr., Conselheiros e equipe realizaram com excelência o Congresso Paulista de Economia 2024, na FECAP. Esta colunista palestrou e foi homenageada no painel Parlamento e Desenvolvimento Econômico e Social, com o Deputado estadual Luiz Cláudio Marcolino. Foto: Conselheiros Wilson Amorim e Marcos de Campos, Marilene Mariotoni, Deputado Luiz Marcolino e Conselheiro Carlos Cordeiro.



**Mulheres e suas versões**

É o título do livro escrito por várias coautoras, cada uma com seu próprio capítulo, sobre experiências de vida e profissionais, organizado pela jornalista Nina Kuznetzow e editado pela Editora Scortes. O livro foi lançado na 27ª Bial Internacional do Livro de São Paulo 2024, em 11 de setembro, no stand da editora. As coautoras da foto: Nina Kuznetzow, Cláudia Melo, Lilian Schiavo, Marilene Mariotoni, Inês Palácio e Simone Luluski. Foi uma noite de autógrafos muito agradável e emocionante.



**Jantar da FNE e SEESP**

Encerrando em grande estilo o XII CONSE, um jantar, no Círculo Militar de São Paulo, reuniu autoridades e lideranças da engenharia do Brasil. Representando o Presidente da APM, Marcelo Barbieri, esta colunista cumprimentou o Presidente Eng. Murilo Pinheiro, lembrando que, quando Prefeito de Araraquara, Marcelo Barbieri respeitava o piso salarial legal dos engenheiros. Na foto: Secretário Estadual de Governo e Relações Institucionais Engº Gilberto Kassab, Eng. Marilene Mariotoni e Deputado federal Engº Arnaldo Jardim.





## Momentos ricos de conhecimento e experiências

O 1º Encontro Municipalista de Prefeitos e Prefeitas eleitos do Estado de São Paulo, que aconteceu no Instituto Agrônomo de Campinas, nos últimos dias 18 e 19 de novembro, promovido pela Associação Paulista de Municípios e pela União dos Vereadores do Estado de São Paulo, foi uma explosão de conhecimento e experiências.

A programação Geral e a Programação para as Primeiras Damas e Mulheres de Ação Política e Social contou com palestrantes de alto nível conforme nomes já divulgados, despertando o interesse das plateias a tal ponto, que se torna difícil terminar as palestras.

E foi enriquecida com a presença de homens, que acompanhando

suas parceiras, contribuíram, em muito. Inclusive o prefeito Duarte Nogueira, prefeito de Ribeirão Preto; Luana Pocay, Presidente da Associação de Primeiras Damas do Estado de São Paulo, enfocando o tema “Sou Primeira Dama e Agora”. Tivéssemos espaço, falaríamos de cada palestrante e suas palestras incríveis. Assim, por aqui, antecipamos os agradecimentos que serão feitos individualmente a todos e a todas e em especial para a queridíssima Silvia Mello e também à ex-prefeita Ana Karin, presidente do Instituto Mulheres Solidárias e Diretora da APM. Gratidão aos presidentes da APM Marcelo Barbieri e da UVESP Sebastião Misiara pela oportunidade e cessão de espaço e tempo, para essa programação. Votos de sucesso para os gestores municipais, na gestão 2025/2028.



**Dalva Christofoletti Paes da Silva**  
Diretora de Relações Públicas da APM - Associação Paulista de Municípios. Palestrante e Organizadora de Eventos. Fundadora da CNM - Confederação Nacional de Municípios e Coofundadora do Movimento de Mulheres Municipalistas, braço da CNM. Presidente da ABRAMAPOS - Associação Brasileira de Mulheres de Ação Política e Social.



O CRBM1 foi destaque no 1º Encontro de Prefeitos e Prefeitas Eleitos de São Paulo

# O PROFISSIONAL BIOMÉDICO É IMPRESCINDÍVEL PARA UMA SAÚDE EFICIENTE, QUALIFICADA E MODERNA

VALORIZE A BIOMEDICINA EM SUA CIDADE E TRAGA RESULTADOS PARA TODA A POPULAÇÃO

Aliando Saúde e Ciência, a Biomedicina não para de crescer. São mais de 30 habilitações reconhecidas, que preparam um profissional moderno e atualizado, ao encontro das novas demandas do setor. Sua presença no serviço público é a garantia de atendimento qualificado, completo e preciso para a gestão pública e os usuários. Essa atuação inclui as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), oferecidas gratuitamente pelo SUS.

O biomédico oferece diversidade de conhecimentos, o que traz um salto de qualidade às políticas públicas e às estratégias de atendimento de cada localidade. E melhorias no serviço oferecido à população.

O Conselho Regional de Biomedicina 1ª Região, que abrange os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul, está pronto para orientar e auxiliar os municípios na inclusão do biomédico.

Faça como centenas de prefeitas e prefeitos e valorize a Biomedicina na sua cidade. A população agradece.

Saiba mais em [crbm1.gov.br](http://crbm1.gov.br)



CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA 1ª REGIÃO

**APBM** ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE BIOMEDICINA



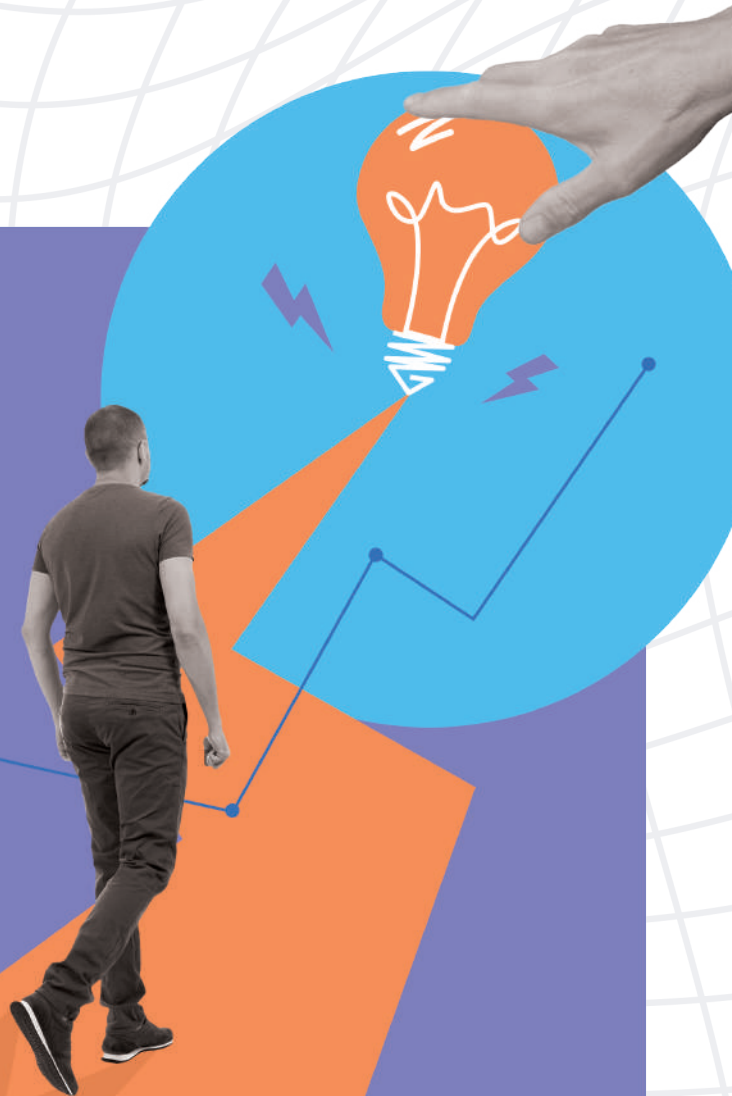


# Dê o próximo passo no crescimento da sua empresa com o Sebrae.

Com nossos cursos on-line, você tem acesso às melhores ferramentas para impulsionar os resultados do seu negócio e crescer ainda mais.

## Você vai aprender sobre:

- Estruturação e Planejamento
- Liderança
- Finanças
- Marketing e Vendas



Acesse [resolue.sebraesp.com.br](http://resolue.sebraesp.com.br)  
e saiba como o Sebrae pode te ajudar.

